

4-001

**Comissão Temporária sobre a Alegada Utilização  
pela CIA de Países Europeus para o Transporte e a  
Detenção Ilegal de Prisioneiros**

QUINTA-FEIRA, 23 DE MARÇO DE 2006

4-002

**PRESIDÊNCIA: CARLOS COELHO**

4-003

(A reunião tem início às 15h00)

**Presidente.** – Passamos a uma troca de pontos de vista com o Sr. Maher ARAR, cidadão canadiano, alegada vítima de extradição extraordinária, que se faz acompanhar pela Sr.<sup>a</sup> Lorne Waldman e pelo Sr. Marlyz Edwardh, seus advogados.

4-004

**Troca de pontos de vista com o Sr. Maher ARAR  
(cidadão canadiano), que se faz acompanhar pelos  
seus advogados, Sr. Lorne Waldman e Sr.<sup>a</sup>. Marlyz  
Edwardh**

4-005

**Presidente.** – Vamos começar a nossa reunião ouvindo o Sr. Arar e os seus advogados, Sr.<sup>a</sup>. Edwardh e Sr. Waldman.

Como sabem, o Sr. Arar é um cidadão canadiano que intentou uma acção num tribunal federal dos Estados Unidos. No Canadá também foi constituída uma comissão de inquérito para investigar o seu caso. O Sr. Arar afirma ter sido sequestrado nos Estados Unidos e transportado para a Síria, onde esteve detido ilegalmente e foi torturado, tendo sido finalmente libertado dez meses depois, sem que tenha sido apresentada qualquer acusação contra ele.

O Sr. Arar e os seus advogados vieram especialmente do Canadá para depor perante a nossa comissão, pelo que eu lhes agradeço calorosamente.

4-006

**Marlyz Edwardh, advogada canadiana.** – Senhor Presidente, Senhor Relator e membros da comissão, tal como foi referido, faço parte da equipa jurídica do Sr. Arar, e queremos agradecer o vosso convite para a nossa participação de hoje.

Serei breve, mas vou relatar alguns eventos relevantes e a sua evolução posterior. Pouco antes da meia-noite de 5 de Outubro de 2003, o Sr. Arar, acompanhado de um funcionário consular canadiano, embarcou num voo de Damasco para o Canadá. O seu pesadelo começara um ano antes quando, viajando com um passaporte canadiano, foi detido em Nova Iorque. Na altura da transferência do Sr. Arar para a Síria, os esforços do Ministério dos Negócios Estrangeiros canadiano para o localizar defrontaram-se inicialmente com o silêncio das autoridades da Síria e dos EUA.

O desaparecimento do Sr. Arar traumatizou a sua esposa e filhos, mas indignou igualmente grandes sectores da comunidade canadiana, que ficaram de início apreensivos quando ele desapareceu e depois cada vez mais perturbados. No Verão de 2003, circularam relatos de tortura do Sr. Arar às mãos dos seus captadores sírios. Quando ele finalmente regressou ao Canadá e relatou publicamente as provações por que tinha passado, os canadianos exigiram respostas para as seguintes questões.

Porque foi levado para a Síria quando viajava, proveniente de Zurique, com um passaporte canadiano? Por que razão o seu passaporte não foi respeitado? Houve funcionários canadianos cúmplices da sua transferência para a Síria? Estavam as autoridades canadianas e/ou americanas a externalizar a tortura?

Após alguma resistência inicial, o Governo do Canadá acedeu à exigência de respostas para estas questões e concordou com a instauração de um inquérito público. O inquérito público, no Canadá, é criado pelo ramo executivo do Governo, mas tem suficientes poderes de coacção para obrigar à apresentação de quaisquer documentos relevantes e à prestação de depoimento por qualquer testemunha.

No caso do Sr. Arar, foi nomeado para conduzir a investigação um alto funcionário e jurista respeitado, *Honourable* Dennis O'Connor. O seu mandato incumbia-o de investigar o papel eventualmente desempenhado por quaisquer funcionários canadianos na detenção do Sr. Arar nos EUA, na sua deportação para a Jordânia e Síria, na sua prisão e no tratamento a que foi sujeito na Síria, bem como no período após o seu regresso ao Canadá. É provavelmente importante ter em atenção que o Comissário O'Connor fez um convite público aos Estados Unidos, à Síria e à Jordânia para que participassem neste inquérito. Os três países declinaram. Até ao momento presente, o Comissário O'Connor ouviu mais de 87 testemunhas – mais de 130 dias de depoimentos, que correspondem a cerca de 31 000 páginas de transcrição. Milhares de páginas de documentos foram produzidas por todos os organismos governamentais que estiveram de alguma forma implicados nesta questão. Para proteger interesses de segurança nacional do Canadá, e a pedido do Governo, o Comissário ouviu igualmente muitas testemunhas à porta fechada. Esperamos que o seu relatório esteja disponível em Junho de 2006 e prometemos, assim que seja publicado, transmiti-lo ao presidente desta comissão para vossa utilização.

Durante o inquérito, ouvimos depoimentos sobre o interesse de autoridades policiais canadianas no Sr. Arar, mas o que soubemos foi que esse interesse nunca foi além da sua identificação como testemunha potencial numa investigação que visava outra pessoa. Com efeito, quando o Sr. Arar foi libertado, os embaixadores sírios no Canadá e nos Estados Unidos declararam que ele tinha sido libertado porque, após uma investigação exaustiva efectuada pelos serviços de informação militar da Síria, tinham simplesmente concluído que não havia nada contra ele. O Sr. Arar nunca foi acusado de

qualquer infracção na Síria, nos Estados Unidos, no Canadá ou em qualquer outro país.

Ontem fornecemos uma cópia de um documento ao presidente da comissão, que foi obtida através do direito de acesso à informação e que reitera a informação fornecida às autoridades dos EUA pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros sírio de que não havia nada contra o Sr. Arar. Peço agora ao meu colega, Sr. Waldman, que acrescente algumas observações.

4-007

**Lorne Waldman**, *advogado canadiano*. – Gostaria apenas de acrescentar algumas palavras às da Sr<sup>a</sup>. Edwardh sobre a comissão de inquérito no Canadá. Penso que é extremamente importante que esta comissão saiba que, no âmbito do seu trabalho, a comissão de inquérito no Canadá nomeou um relator para a assistir na investigação. O Comissário pediu a esse relator, Sr. Stephen Toope, Professor de Direito na Universidade McGill e relator especial da ONU, que examinasse os elementos de prova para determinar se, no seu entender, o Sr. Arar tinha sido submetido a tortura, e que lhe comunicasse as suas conclusões. Os resultados do trabalho do Sr. Stephen Toope serão utilizados pelo Comissário quando este redigir o seu relatório.

Após ter examinado cuidadosamente todos os elementos disponíveis e os depoimentos e ter ele próprio entrevistado muitas testemunhas, o Professor Toope concluiu que o Sr. Arar foi torturado na Síria. Gostaria de vos citar um parágrafo do seu relatório: "Concluo que o tratamento a que foi sujeito o Sr. Arar em Far Falestin constitui-se como tortura tal como esta é entendida pelo direito internacional. As técnicas de interrogatório aplicadas ao Sr. Arar, nomeadamente nos primeiros três dias, mas também, esporadicamente, durante as primeiras duas semanas da sua detenção, constituem tortura. A utilização do cabo preto em particular, e os espancamentos a que foi sujeito, só podiam ser "intencionais". A intenção era impor dor e sofrimento fortes. A dor era claramente física. Mas além disso, as técnicas de humilhação e criação de medo intenso eram formas de tortura psicológica. Isto é particularmente verdadeiro no caso da estratégia de vendar os olhos do Sr. Arar e fazê-lo esperar pela sessão de interrogatório num corredor ou sala onde pudesse ouvir os gritos de outras vítimas (...) A inflicção de dor e sofrimento tinha um objectivo considerado relevante pelo direito internacional: a extracção de uma confissão".

Pedimos à comissão que compreenda que o Sr. Arar é uma vítima de tortura. Como advogado com 25 anos de experiência no trabalho com refugiados, posso dizer-vos que os efeitos da tortura persistem durante muitos anos. O Sr. Arar continua a sofrer de stress pós-traumático e ainda está sob cuidados médicos. Foi para ele uma decisão difícil embarcar num avião para vir a Bruxelas. É difícil para ele falar das suas experiências. Foi apenas o facto de compreender a importância do trabalho desta comissão que o levou a decidir vir hoje aqui, e foi pelos motivos que referi que ele pediu à Sr<sup>a</sup>. Edwardh e a mim,

que trabalhamos com ele há alguns anos, que o acompanhássemos a Bruxelas.

A segunda informação que quero apresentar à comissão refere-se à acção judicial intentada pelo Sr. Arar nos Estados Unidos. Dado que a comissão de inquérito no Canadá não tem jurisdição nos Estados Unidos, a fim de obter reparação através da justiça deste país, o Sr. Arar intentou uma acção de indemnização pela sua deportação ilegal, tortura e violação dos direitos cívicos fundamentais enquanto se encontrava nos Estados Unidos. A fim de fugir à responsabilidade e impedir a revelação da verdade, o Governo dos EUA requereu a um tribunal que a acção fosse declarada improcedente. Argumentou que o acto de entrega de um detido era um acto executivo e, por conseguinte, não abrangido pela jurisdição dos tribunais. Chocantemente, o juiz que apreciou o requerimento aceitou este argumento e concluiu que tinha de ceder a jurisdição ao Executivo e ao Congresso nas questões do domínio da segurança nacional e política externa. Além disso, com esta conclusão, assumiu que o Sr. Arar tinha sido objecto de entrega extraordinária. Também surpreendentemente, o juiz sugeriu que, nos Estados Unidos, a prática de tortura com o objectivo de impedir um ataque terrorista pode ser constitucional. Não há qualquer indicação, em todo o material de prova que examinámos, de que o Sr. Arar, quando foi detido em Nova Iorque, estava em posição de fornecer qualquer informação susceptível de impedir um ataque terrorista.

Esperamos que os nossos comentários tenham sido úteis à comissão.

4-008

**Presidente**. – Darei primeiro a palavra aos advogados do Sr. Arar para que descrevam o quadro jurídico do processo do seu constituinte. Depois de ouvirmos os advogados, ouviremos o Sr. Arar, que participará seguidamente no debate.

Agradeço mais uma vez a vossa presença e dou a palavra aos advogados, Sr. Waldman e Sr<sup>a</sup>. Edwardh, para que descrevam o quadro jurídico deste caso.

4-009

**Maher Arar**, *cidadão canadiano e alegada vítima de entrega extraordinária*. – Senhor Presidente, Senhor Relator e membros da comissão temporária, agradeço-vos mais uma vez por ter sido convidado a vir falar-vos da minha experiência. Porque nos deram apenas 90 minutos, a minha descrição hoje será muito mais sucinta que seria de outra forma. Aceito quaisquer perguntas que desejem fazer-me, prezando os vossos esforços na investigação do transporte e detenção ilegal de pessoas na Europa.

4-010

**ARAR Maher**, *cidadão canadiano e alegada vítima de entrega extraordinária*. – Gostaria de agradecer a todas e todos os presentes pelo vosso convite e por me terem proporcionado esta ocasião de partilhar a minha experiência convosco, parlamentares europeus. Dado que estou limitado pela distribuição de tempo, a minha

apresentação hoje será concisa e mais curta do que eu desejaria. Desejaria poder exprimir-me mais longamente em francês, mas compreendo que estamos limitados pelo tempo disponível. Dito isto, as vossas perguntas e os vossos comentários são bem-vindos.

Gostaria particularmente de felicitar esta comissão pelos seus esforços no que respeita à alegada utilização de países europeus pela CIA para fins de transporte e detenção ilegal de prisioneiros. Mais uma vez, muito obrigado pelo vosso interesse.

4-011

Sou uma vítima de entrega extraordinária. Espero que a minha história ajude esta comissão a fazer mais luz sobre o papel do Governo dos EUA nesta prática ilegal e imoral de externalizar a tortura mediante o envio de suspeitos para países do terceiro mundo com o único objectivo de lhes extrair informações.

Deixem-me dizer-vos que para mim não foi uma decisão fácil vir a Bruxelas. Dado o que me aconteceu, nunca mais viajei de avião. Estou aqui porque senti que era uma obrigação e um dever moral meus, como ser humano, contribuir para que o que me aconteceu não aconteça a outras pessoas.

Antes de vos contar a minha história, quero deixar perfeitamente claro o seguinte: não sou terrorista. Não sou membro da Al-Qaeda nem conheço ninguém que pertença a esse grupo. Tudo o que sei sobre a Al-Qaeda é o que ouvi, li e vi nos meios de comunicação social. Nunca estive no Afeganistão ou em qualquer lugar perto do Afeganistão. Sou um canadiano nascido na Síria. Fui para o Canadá com os meus pais quando tinha 17 anos. Frequentei a universidade e concluí um mestrado em telecomunicações. Sou casado e tenho dois filhos.

Em Setembro de 2002, estava de férias na Tunísia com a minha mulher e os meus filhos e com a família dela. Decidi regressar sozinho para concretizar uma oportunidade de negócio. Parti de Tunis, passei uma noite em Zurique e embarquei com destino a Montréal, com escala em Nova Iorque. O meu voo chegou a Nova Iorque às 14 horas de 26 de Setembro de 2002. Foi então que o meu pesadelo começou. Fui logo chamado de parte pelo serviço de imigração e esperei que eles me tirassem as impressões digitais e fotografias. Mais tarde chegou a polícia, que revistou a minha bagagem e fotocopiou o meu passaporte canadiano. Recusaram-me o direito elementar de fazer uma chamada telefónica. Depois os membros de uma equipa, que incluía elementos do FBI e da polícia de Nova Iorque, comunicaram-me que queriam fazer-me algumas perguntas. Eu estava assustado. Não sabia o que se estava a passar. Disse-lhes que queria um advogado. Disseram-me que não tinha direito a advogado, porque não era cidadão americano. Este interrogatório durou até à meia-noite. Diziam-me constantemente que me deixariam partir no próximo avião, e foi essencialmente por isso que eu cooperei. Não tinha nada para esconder. Pedi repetidamente um advogado. Eles ignoraram-me. Depois acorrentaram-me os pulsos e os tornozelos.

Inicialmente, mantiveram-me no aeroporto, onde eu não podia dormir. Estava  *muito* assustado e desorientado.

Na manhã seguinte continuaram a interrogar-me, por períodos, ao longo de oito horas. Então chegou um homem da Imigração dos EUA e pediu-me que aceitasse ir voluntariamente para a Síria. Recusei. Disse que queria ir para o Canadá, onde residia. Repeti isto vezes sem conta durante a minha detenção. Ele disse-me que eu tinha um interesse especial para eles. Pediram-me que assinasse um formulário – que não me deixaram ler –, mas eu estava exausto, confuso e desorientado e acabei por assinar. Cerca das 18 horas trouxeram-me uma refeição fria – os primeiros alimentos que eu ingeria nas últimas mais de 30 horas.

Cerca das 20 horas fui novamente algemado e acorrentado e conduzido ao Centro de Detenção Metropolitano, uma instalação de segurança máxima. Na altura não me disseram o que estava a acontecer ou para onde ia. Na prisão fui despido, revistado e levado para uma cela. Estava apavorado. Pedi outra vez para fazer um telefonema e chamar um advogado, mas ignoraram-me. Durante cinco dias, a minha família não soube onde eu estava. Finalmente, fui autorizado a fazer um telefonema de apenas dois minutos para a mãe da minha mulher. Disse-lhe o que tinha acontecido, onde estava e que precisava de um advogado. Expliquei-lhe o meu receio de ser enviado para a Síria.

No dia 4 de Outubro, reuni-me com a cónsul do Canadá e disse-lhe claramente que estava com medo de ser deportado para a Síria. Ela disse-me que isso não aconteceria e que estavam a tratar de me arranjar um advogado. Eu estava muito perturbado e assustado.

No domingo, 6 de Outubro, cerca das 21 horas, os guardas vieram à minha cela e disseram-me que o advogado estava à minha espera. Achei que era uma hora estranha para uma visita do advogado. Levaram-me para uma sala onde estavam sete ou oito pessoas. O advogado não estava lá. Começaram a interrogar-me outra vez. Disseram-me que queriam saber por que razão não queria voltar para a Síria. Disse-lhes claramente que lá seria torturado. Pediram-me que assinasse um documento e recusei. Disse-lhes que não me podiam enviar para a Síria porque lá seria torturado. Pedi outra vez um advogado. Às 3 horas da manhã – isto é, após seis horas de interrogatório exaustivo – levaram-me novamente para a cela.

Às 3 horas da manhã de terça-feira, 8 de Outubro, um guarda acordou-me, mandou-me levantar e disse-me que eu me ia embora. Levaram-me para outra sala, onde fui despido, revistado e algemado e acorrentado. Dois funcionários levaram-me para outra sala e leram-me o que disseram ser uma decisão do Director do Serviço de Imigração. Disseram-me que, com base em informação confidencial que não me podiam revelar, seria enviado para a Síria. Disse-lhes mais uma vez que na Síria eu seria torturado. Estava extremamente desorientado nervoso e chorava constantemente, mas isso parecia não os afectar. Nessa altura uma senhora folheou algumas

páginas e leu uma parte de um documento que explicava que o Departamento de Imigração dos EUA não era o organismo que se ocupava da Convenção contra a Tortura.

Fui conduzido a um aeroporto em Nova Jersey e embarcado num pequeno avião a jacto luxuoso. Achei aquilo muitíssimo estranho. Eu era o único passageiro; havia dois pilotos, uma hospedeira – que era a única mulher – e creio que mais quatro pessoas, que eram a minha escolta. Permaneci algemado e acorrentado. Voámos primeiro para Washington, onde permanecemos cerca de uma hora. Uma nova equipa de quatro pessoas embarcou, e os outros saíram. Ouvi-os falar ao telefone dizendo que a Síria estava a recusar receber-me directamente, mas que a Jordânia me receberia. Também os ouvi mencionar que pertenciam à Unidade de Transferências Especiais. Seguimos para o Maine, onde o avião foi reabastecido. Aproximadamente meia hora depois, o avião tornou a levantar voo. Acabei por perceber para onde íamos, porque eles não me vendaram e havia um pequeno ecrã suspenso que mostrava num mapa a rota seguida pelo avião, indicando como destino Roma, na Itália.

Quando aterrámos em Roma, e enquanto o avião esteve parado na pista, observei que havia um homem alto, vestido com um fato civil, junto da asa do avião. Este homem permaneceu nessa posição durante todo o tempo que o avião esteve em terra. Nunca entrou no avião, e deu-me a impressão de estar ali de guarda. Tanto quanto sei, ninguém entrou no avião. Nenhum funcionário italiano me viu ou me falou. Fiquei algemado e acorrentado durante toda a escala em Roma. Não me recordo se algum membro da tripulação ou os pilotos saíram do avião durante a nossa paragem em Roma.

Mais ou menos uma hora mais tarde, o avião levantou voo para Amã, na Jordânia. Fiquei algemado e acorrentado durante toda a viagem, à excepção das últimas duas horas, quando me tiraram as correntes e as algemas e permitiram que me movesse livremente. Achei isso estranho.

Tive uma conversa com o chefe da equipa, que me disse que a família dele era originária da Síria e que o seu apelido era Kouri. Naturalmente, não tenho nenhuma forma de confirmar se isto era verdade, mas posso dizer-vos que ele tinha mais aspecto de hispânico do que de árabe. Quando lhe perguntei se falava árabe, a resposta foi negativa. Falei-lhe no meu receio de ser torturado. A propósito, quando me meteram no avião esqueceram-se de trazer a minha bagagem – não sei se foi de propósito –, portanto eu não tinha roupa. Queixei-me ao Sr. "Kouri" e mesmo antes de embarcar no avião em Amã ele deu-me esta t-shirt e pediu-me que despisse o fato que me tinham dado quando deixei a prisão federal em Nova Iorque. Deu-me uma t-shirt e umas calças de ganga.

Durante a última hora do voo, ouvi-os dizer que a próxima paragem após a Jordânia seria Atenas, na Grécia. Durante todo o tempo que passei no avião, só

pensava em como podia evitar ser torturado. Compreendi nessa altura que estava a ser enviado para a Síria exactamente com esse objectivo.

O avião aterrou em Amã às 3 horas da manhã do dia 9 de Outubro. Fizem-me desembarcar e fomos recebidos por seis ou sete homens. Fui vendado, acorrentado e metido numa carrinha. Fui forçado a dobrar a cabeça para baixo no assento traseiro. Depois começaram a bater-me na parte de trás da cabeça. Sempre que tentava falar, batiam-me. Fiquei na Jordânia durante dez horas e finalmente levaram-me à fronteira com a Síria. Acorrentado e vendado, fui posto dentro de outro automóvel, com outras pessoas, e viajei durante cerca de três horas.

A seguir levaram-me para um edifício. Quando perguntei a uma das pessoas onde estava, disse-me que estava na Secção Palestiniana do Serviço de Informação Militar sírio. Eram mais ou menos 18 horas do dia 9 de Outubro. Apareceram três homens, que me levaram para outra sala. Eu estava com *muito* medo. Sentaram-me numa cadeira e um dos homens começou a fazer-me perguntas. Fiquei a saber mais tarde que este homem era um coronel. Fez-me perguntas sobre os meus irmãos e por que razão eu e a minha família tínhamos saído da Síria. Respondi a todas as perguntas. Se não respondia suficientemente depressa, apontava para uma cadeira metálica que havia na sala e perguntava-me: "Queres que eu use isto?" Eu não sabia que cadeira era aquela. Mais tarde fiquei a saber que era usada para torturar as pessoas. Eu estava aterrorizado e não queria ser torturado. Isto durou quatro horas. Não houve violência no primeiro dia – apenas ameaças.

Cerca da 1 hora dessa noite, os guardas vieram buscar-me para me levar para baixo, para a cela. Entrei na minha cela no subsolo. Não podia acreditar no que via. Perguntei quanto tempo ficaria ali. Ele não respondeu; meteu-me lá dentro e fechou a porta. Parecia uma sepultura: não tinha luz, tinha aproximadamente um metro de largura, dois metros de comprimento e dois metros de altura. Havia uma porta metálica, com uma pequena abertura que não deixava entrar luz, porque tinha uma peça de metal por fora, que deslizava para eles introduzirem coisas na cela. O tecto tinha uma pequena abertura com cerca de um terço por dois terços de um metro, com uma grelha de barras de ferro. Havia gatos e ratos por cima e de vez em quando os gatos urinavam pela abertura. Havia dois cobertores, dois pratos e duas garrafas. Uma garrafa era para água e a outra era utilizada para urinar durante a noite. Não havia mais nada – nenhuma luz. Passei dez meses e dez dias no interior dessa cela, que acabei por considerar a minha sepultura.

No dia seguinte fui levado para cima. Os espancamentos começaram nesse dia e foram muito intensos durante uma semana e depois menos intensos durante outra semana. O segundo e terceiro dias foram os piores. Eu ouvia outros prisioneiros a serem torturados e a gritarem. Os gritos das mulheres são os que mais me perseguem hoje.

Os interrogatórios são efectuados em diferentes salas. O cabo preto é um cabo eléctrico, com cerca de cinco centímetros de grossura. Batiam-me com isso em toda a parte do corpo. Visavam na maior parte das vezes as palmas das mãos, mas falhavam e acertavam-me nos pulsos, que já estavam doridos e vermelhos. Golpeavam-me igualmente os quadris e o fundo das costas. Os interrogadores ameaçavam-me constantemente com a cadeira metálica, o pneu e os choques eléctricos. Utilizaram o cabo preto no segundo e terceiro dias e depois começaram a bater-me quase sempre com as mãos, dando-me socos no estômago e na parte de trás do pescoço e bofetadas na cara. Nos sítios onde me batiam com o cabo, a pele ficou negra. No final do dia diziam-me que amanhã seria pior. Não conseguia dormir.

No terceiro dia, o interrogatório durou cerca de 18 horas. Queriam que eu dissesse que tinha ido ao Afeganistão. Isto era uma surpresa para mim. Nos Estados Unidos não me tinham perguntado isso. Continuaram a bater-me e tive de confessar, embora fosse falso, que tinha estado no Afeganistão. Estava disposto a confessar qualquer coisa para eles pararem com a tortura. Queriam que dissesse que tinha estado num campo de treino. Eu estava tão apavorado que me urinei duas vezes nos primeiros dias de interrogatório. Após o terceiro dia, os espancamentos foram menos severos.

No final de cada dia diziam sempre: "Amanhã vamos ser mais duros contigo". Assim, à noite não conseguia dormir. Recordo que não dormi de todo em todo durante os primeiros quatro dias e que não dormi mais de duas horas por dia durante cerca de dois meses. Na maioria das vezes não me levavam depois para a cela, mas sim para uma sala de espera onde ouvia os gritos dos outros prisioneiros que eram torturados. Por volta do dia 17 de Outubro, os espancamentos diminuíram.

A táctica seguinte foi levarem-me para uma sala, vendado, onde várias pessoas falavam sobre mim. Ouvia-os dizer coisas como: ele conhece muitas pessoas que são terroristas; vamos obter os números deles; ele é um mentiroso – o que utilizavam constantemente como técnica de interrogatório; está fora do país há muito tempo. A seguir diziam: sejamos sinceros, sejamos amigos, diz-nos a verdade. Punham-se à minha volta e um deles dava-me uma bofetada. Faziam muito jogo mental. Os interrogatórios e os espancamentos terminaram por volta do dia 20 de Outubro.

Cerca de um mês depois de eu ter chegado, chamaram-me ao andar de cima para assinar e pôr a impressão digital do polegar num documento de sete páginas. Não me deixaram ler o documento, mas tive de pôr a impressão do polegar e a assinatura no fundo de cada página. Tanto quanto me recordo, estava escrito à mão. Tinha medo de que, se não assinasse, os espancamentos recommencessem. Havia outro documento de cerca de três páginas, com perguntas. Fui forçado a escrever que tinha estado no Afeganistão. Como disse antes, nunca estive no Afeganistão, mas para evitar a tortura, diria o que quer que fosse.

Não fui exposto à luz solar durante seis meses. As únicas vezes que saí da cela foi para os interrogatórios e para as visitas consulares que recebi da embaixada canadiana durante a minha estadia lá. A vida quotidiana naquele lugar era um inferno! Perdi cerca de 20 quilos enquanto estive na Secção Palestiniana.

Durante os primeiros meses em que estive na minha cela, percebi que havia um cidadão alemão de nome Mohammed Zammar na cela número 13. Eu estava na cela número 2. Sabemos agora, por artigos na imprensa resultantes do trabalho de jornalistas de investigação, que o Sr. Zammar foi levado de Marrocos para a Síria.

Em 19 de Agosto, levaram-me ao andar de cima para falar com o investigador. Foi-me dado um papel e pediram-me para escrever o que ele ditasse. Se protestasse, ele batia-me. Fui forçado a escrever que tinha estado num campo de treino no Afeganistão. Fizeram-me assinar e pôr a impressão do polegar na última página.

No dia seguinte fui levado para outra prisão e depois, em 28 de Setembro, tiraram-me de lá, vendaram-me e meteram-me dentro do que me pareceu ser um autocarro, que me levou novamente para a Secção Palestiniana. Não me diziam o que estava a acontecer e eu estava cheio de medo de voltar para a cela subterrânea. Mas puseram-me numa das salas de espera no mesmo andar onde interrogam e torturam as pessoas. Ouvi novamente os prisioneiros a gritar na tortura.

No mesmo dia mandaram-me a um gabinete para responder a algumas perguntas. As perguntas relacionavam-se, na maior parte, com o que eu diria se voltasse ao Canadá. Não me disseram que seria libertado. Levaram-me novamente para a sala de espera e fiquei lá uma semana, a ouvir os gritos dos prisioneiros a serem torturados. Essa semana está para além da imaginação humana – ouvir as pessoas a serem torturadas. A única descrição que vos posso dar é que o meu coração parecia que me ia sair do peito.

No domingo, 5 de Outubro, meteram-me num automóvel e conduziram-me ao tribunal. Fui para uma sala com um representante do Ministério Público. Pedi um advogado e ele disse-me que não era preciso. Não me disse de que era acusado, mas disse-me para pôr a minha impressão digital e assinar um documento que não me deixou ver. A seguir disse-me que seria libertado. Fui levado novamente para a Secção Palestiniana, onde estavam o chefe do Serviço de Informação Militar sírio e funcionários da embaixada do Canadá. Fui então libertado.

Desde o meu regresso ao Canadá tenho vivido no medo constante de ser outra vez sequestrado. Creio que é crucial que esta comissão compreenda o que está em causa: na minha opinião, é importante que compreendais as implicações a curto e a longo prazo de torturar um ser humano. Enquanto a dor física de que tenho sofrido é intermitente, a psicológica é persistente e manifesta-se

de diferentes formas, como pesadelos, *flashbacks* recorrentes, perda de confiança em mim mesmo e medo constante.

Para concluir, quero agradecer-vos mais uma vez por me terem convidado a falar-vos das minhas experiências. Posso apenas esperar que o Governo canadiano siga o vosso exemplo e examine a questão de saber se os voos da CIA que sobrevoaram ou aterraram no Canadá transportavam pessoas vítimas das violações dos direitos humanos da Síria.

Gostaria ainda de agradecer a ajuda profissional que recebemos da embaixada da Bélgica no Canadá. Agradeço também às autoridades belgas e à polícia por terem tornado esta viagem segura e agradável. Esta é a minha primeira viagem fora do Canadá desde o meu regresso. E agora estou disponível para as vossas perguntas.

4-012

**Giovanni Claudio Fava (PSE), relator.** – Senhor Presidente, caros colegas, desejo manifestar o meu constrangimento por ter obrigado, junto com outros colegas, o Sr. Arar a cumprir este sacrifício de memória e também de sofrimento.

Com efeito, o Sr. Arar teve que recordar e narrar tudo o que lhe aconteceu, tudo aquilo por que passou ao longo de mais de um ano. Agradeço-lhe por isso, não só em meu nome, mas também de todos os outros colegas. Agradeço-lhe por ter aceitado entrar de novo, pela primeira vez, num avião e por ter vindo ao Parlamento Europeu para dar uma ajuda preciosa ao trabalho que esta comissão está a desenvolver, com um mandato preciso e com um objectivo que imagino seja partilhado por todos: a verdade e nada mais do que a verdade.

Se bem que o Sr. Arar já nos tenha dito muito, resta-me o dever de lhe fazer algumas perguntas um pouco mais específicas e cujas respostas permitirão que se obtenham mais alguns dados.

A primeira pergunta diz respeito aos membros da tripulação do avião que o transportou dos Estados Unidos, com uma escala em Roma, até a Amã. Quantos eram? Teve oportunidade de saber se eram todos funcionários da CIA ou se trabalhavam para outros serviços de segurança dos EUA? Identificaram-se alguma vez durante o voo? E quanto tempo esteve o avião parado em Roma?

As outras perguntas dizem respeito à detenção do Sr. Arar, tanto nos Estados Unidos como na Síria. Durante esse período foi alguma vez acusado de factos específicos? Afirmou que o obrigaram a assinar e que lhe extorquiram muitas confissões, mas nunca houve um facto específico, pontual, que lhe tenha sido apontado e pelo qual tenha sido acusado? Quanto tempo se passou desde o início da sua detenção na Síria até ao primeiro encontro com um representante da embaixada ou do consulado do Canadá?

Finalmente, num artigo de Stephen Grey são mencionados prisioneiros com que o Sr. Arar se cruzou e que conheceu, se bem que estas palavras não sejam talvez as mais adequadas à situação. Fala-se também de uma pessoa que o Sr. Arar disse ter encontrado durante a sua detenção na Síria, Mohamed Aider Zamnar, e faz-se referência a um espanhol ou pelo menos uma pessoa que falava espanhol. Gostaríamos de saber se tudo isto corresponde à verdade e se pode acrescentar mais alguma coisa. Pode acontecer que se trate de dados falsos, mas gostaríamos de sabê-lo da boca do Sr. Arar.

4-013

**Maher Arar, cidadão canadiano e alegada vítima de entrega extraordinário.** – Contrariamente às pessoas que me interrogaram em Nova Iorque e que estavam identificadas, porque tinham chapas de identificação, e eu vi que pertenciam ao FBI, os outros no avião não usavam qualquer identificação. Posso apenas relatar aquilo que os ouvi dizer. Nunca identificaram a organização a que pertenciam, se era a CIA ou outra agência qualquer. Tudo o que posso dizer é que os ouvi mencionar que pertenciam à "unidade de transferências especiais".

Segundo recorde, parámos em Roma por um período de meia hora a uma hora. Nos EUA, fizeram apenas alegações, sem fornecer factos. Alegaram que eu pertencia ao Al-Qaeda. Nunca fui acusado. Nunca fui acusado em qualquer dos países, seja nos EUA, no Canadá, na Jordânia ou na Síria.

Durante a minha estada na Síria, os sírios estavam sobretudo interessados em extrair informações. Falavam muito pouco. Só me batiam e só queriam muitas informações. O teor das perguntas centrava-se muito na minha vida no Canadá, na minha vida nos EUA – em determinada altura trabalhei em Boston, durante aproximadamente um ano e meio – e na minha relação com as pessoas. Durante toda a minha estadia lá, os sírios nunca me acusaram do que quer que fosse.

A primeira visita que tive do funcionário consular foi aproximadamente duas semanas após a minha chegada à Síria, e foi em resultado da pressão pública. A minha mulher contactou o Ministério dos Negócios Estrangeiros. A imprensa soube disso, e este facto constituiu uma enorme pressão sobre o Governo canadiano e os sírios. Concederam-me a primeira visita em 23 de Outubro.

No que respeita ao Sr. Zammar: fui posto numa cela onde não via ninguém. Havia celas adjacentes. O meu sentido do ouvido apurou-se gradualmente, porque era o único sentido que podia utilizar e utilizava-o para ouvir as coisas que aconteciam lá fora, no corredor. Ouvi um desses prisioneiros, enquanto era levado aos lavabos, dizer a um dos guardas, que costumava maltratar muito as pessoas, qualquer coisa como "as prisões na Alemanha são bem melhores", algo desse tipo. O que me deu uma indicação de que esse detido tinha pelo menos

alguma ligação com a Alemanha, ou era alemão. Isso foi a primeira indicação.

Eles chamavam os prisioneiros pelo número de cela; eu era o número 2 e o Sr. Zammar, tanto quanto me lembro, era o número 13. Provavelmente uma semana depois daquela primeira indicação, ele foi chamado ao andar de cima. Posso dizer-vos que não é específico dos gritos que ouvi, mas quando a tortura era muito intensa, os gritos das pessoas ouviam-se no subsolo. Recordo que, passado talvez um mês, ou um pouco mais, um dia ele foi levado da cela; geralmente, ele era o tipo de pessoa – apercebi-me disso com o tempo – que causava problemas aos guardas. Era desobediente. Não lhes dava ouvidos e discutia muito com eles. Mas depois de ter ouvido os gritos – embora não possa estar cem por cento certo de que era ele –, recordo que quando regressou à cela não falava, o que confirmava, ou pelo menos reforçou a minha ideia de que a pessoa que eles tinham torturado era o Sr. Zammar.

No que se refere ao período que passei na Secção Palestiniana, eu estava completamente isolado. Nunca vi outros prisioneiros, embora tenha conseguido, mais tarde, comunicar com algumas celas próximas. Tanto quanto recordo, não havia cidadãos espanhóis nessas células. Quando fui transferido para a prisão de Sednaya, ouvi dizer que havia um cidadão espanhol de origem síria noutra secção, mas é tudo o que posso dizer. Não sei mais nada sobre isso.

4-014

**Lorne Waldman, advogado canadiano.** – Quero apenas acrescentar um ponto sobre a visita consular. O Sr. Arar chegou à Síria em 9 de Outubro e durante duas semanas foi dado como desaparecido. Isto é, o Governo canadiano não foi informado pelos americanos ou pelos sírios do seu paradeiro. O Governo canadiano procurava-o activamente e fez diligências junto dos americanos e dos sírios para saber do seu paradeiro. O Governo canadiano só foi notificado de que ele se encontrava na Síria um ou dois dias antes de ser visitado pelo funcionário consular.

4-015

**Jas Gawronski (PPE-DE).** – Sr. Arar, aprecio muito o facto de o senhor ter concordado em vir aqui. Devo dizer que o seu caso, dos poucos de que ouvimos falar até agora, é o mais convincente e, por essa razão, o mais comovente e o mais triste. Mas, como sabe provavelmente, o nosso mandato é muito limitado. Incide apenas em cidadãos europeus, eventuais violações do direito europeu e eventual envolvimento de algum Estado ou funcionário europeu nas alegadas operações da CIA. Assim, o que é realmente relevante para nós é a sua escala em Roma.

O senhor disse que percebeu, pelo mapa, que iam aterrar em Roma. Teve qualquer outra indicação além dessa? Quando aterraram viu alguma coisa escrita em italiano nas paredes, viu alguma outra prova de que estavam realmente em Roma? Qual foi a sua impressão das razões pelas quais pararam em Roma se, como disse, ninguém embarcou no avião? Não houve qualquer

comunicação entre o avião e o mundo exterior. Não mencionou um reabastecimento do avião. Se era realmente Roma, que razões pensa que motivaram a aterragem?

4-016

**Maher Arar, cidadão canadiano e alegada vítima de entrega extraordinária.** – Bem, fiei-me na informação do ecrã. Foi essa a minha fonte de informação. Quando parei em Roma estava escuro. A única coisa que podia ver no exterior, na pista, era uma pessoa alta, com um fato civil, junto da asa do avião. Não via mais nada, porque estava escuro. Ao mesmo tempo estava extremamente desorientado e preocupado com o que aconteceria quando chegasse à Síria. Por tanto, de facto, a minha fonte de informação foi o ecrã que vi. Não tenho razões para crer que me estivessem a induzir em erro, porque desde a minha libertação, a história do trajecto do voo foi corroborada por outros jornalistas de investigação, incluindo Stephen Grey, que está aqui conosco hoje. Se bem me lembro, o avião foi reabastecido em Roma. Não estou certo disso, mas penso que ouvi o ruído do reabastecimento. Não via nada, mas ouvia.

4-017

**Wolfgang Kreissl-Dörfler (PSE).** – Sr. Arar, também eu lhe agradeço, a si e aos seus advogados, por terem vindo. Primeiro que tudo, não tenho quaisquer dúvidas sobre as suas declarações. Parece-me muito interessante – apesar de nós, na União Europeia, termos um papel limitado – ver um Estado que é amigo da União Europeia e dos Estados-Membros proceder e actuar através dos seus serviços secretos. É por demais preocupante e chocante. E é importante sabermos como poderemos recuperar as nossas relações e interrogarmos sobre a forma como este serviço secreto – se foi ele, efectivamente, o responsável – se comporta aqui na União Europeia.

Estivemos a examinar o caso do Sr. El Masri, um cidadão alemão que foi alegadamente sequestrado na Macedónia e levado para o Afeganistão, se bem que isto não tenha sido inteiramente provado. O Sr. El Masri disse-nos que foi informado, ou que o fizeram perceber, que tinha sido confundido com outra pessoa. No seu caso, alguém lhe disse alguma coisa desse tipo? Teve a impressão de ter sido confundido com outra pessoa?

Outra pergunta é: por que razão o Governo canadiano, que sabia, através do cônsul e do governo sírio, que o senhor estava na Síria, não protestou mais fortemente e não lutou mais vigorosamente pela sua libertação? Acredita que as pessoas que o entregaram à Síria deviam estar cientes de que a tortura é utilizada nesse país?

Na verdade, não é só na Síria que é utilizada a tortura; a situação é idêntica noutros países da região. E, fazendo um comentário político, os EUA sabem disso e o Sr. Bush também.

4-018

**Maher Arar, cidadão canadiano e alegada vítima de entrega extraordinária.** – Há muitas perguntas, e eu vou

tentar responder. No que diz respeito à razão pela qual o Governo ou os funcionários canadianos não protestaram mais fortemente, tenho de deixar essa questão para o Comissário O'Connor. Como o meu advogado disse, há um inquérito a decorrer e seria impróprio eu fazer juízos antecipados sobre o seu trabalho.

Penso que os envolvidos sabiam exactamente quem eu era. No início, quando começaram a interrogar-me, talvez tivesse outra impressão, mas quando me fizeram perguntas específicas, por exemplo, sobre pessoas que eu conhecia, tive a certeza de que eu era a pessoa que eles procuravam, ou pelo menos que queriam interrogar.

4-019

**Giulietto Chiesa (PSE).** – Senhor Presidente, caros colegas, desejo antes de mais agradecer ao Sr. Arar pelo seu testemunho e dizer desde já que o seu caso se enquadra perfeitamente no mandato da nossa comissão. A responsabilidade por aquilo a que foi sujeito cabe inteiramente àqueles – quem quer que sejam – que autorizaram a aterragem do avião em território italiano! Neste sentido, o seu testemunho diz-nos directamente respeito.

Desejo fazer algumas perguntas sobre a matéria ao Sr. Arar:

1. Em que língua eram feitos os interrogatórios nas prisões sírias?
2. Nos locais dos interrogatórios, estavam presentes outras pessoas, não directamente envolvidas no interrogatório, mas apenas a ouvir?
3. Em algum momento reparou se havia dispositivos de gravação de imagens ou de som a gravar o que se passava nessas salas?

Agradeço ao Sr. Arar as respostas que possa dar.

4-020

**Maher Arar, cidadão canadiano e alegada vítima de entrega extraordinária.** – Durante todo o tempo em que estive na Síria e na Jordânia, os interrogadores ou as pessoas que me transportaram falavam em árabe. Durante a maioria dos interrogatórios, não estava vendado. Houve alturas em que fui vendado e portanto, durante esse período, não sei quem estava presente, mas ouvia-os falar árabe. Eu falo árabe, por isso compreendia.

Relativamente à questão de saber se havia outras pessoas na sala de interrogatório, mas sem participar, só a ouvir, mais uma vez, enquanto estive vendado, não saberia se a porta estava aberta ou fechada, ou se havia outras pessoas a ouvir, mas posso confirmar que a única língua em que ouvia as pessoas falar era árabe.

Na Síria, não vi qualquer dispositivo de gravação de imagens ou de som. Nos Estados Unidos, sempre que me tiravam de uma cela, quer para o exterior, quer para outra cela ou para as entrevistas, registavam em vídeo.

4-021

**Cem Özdemir (Verts/ALE).** – A minha pergunta foi, essencialmente, colocada pelo meu colega Fava, pelo que posso ser muito breve. Antes de mais, quero expressar-lhe como estou chocado com o que lhe aconteceu. Apresento, a si e aos seus advogados, as boas vindas ao Parlamento Europeu em Bruxelas.

Apenas de forma muito breve, há qualquer outra coisa que queira transmitir-nos sobre o que aconteceu na cela na Síria, qualquer detalhe relacionado com a Alemanha ou com qualquer outro Estado-Membro da União Europeia – línguas faladas, visitas de pessoas desses países? Porque também ouvimos dizer que se deslocaram à Síria pessoas dos nossos países com o objectivo de recolher informações que tinham sido obtidas sob tortura. Seria útil para nós se pudesse dar-nos mesmo pequenos detalhes sobre o que se passou lá.

4-022

**Maher Arar, cidadão canadiano e alegada vítima de entrega extraordinária.** – Sobre o facto de os serviços de informação alemães terem visitado a Síria, só disponho de informações em segunda mão. Acabei de mencionar que o Sr. Zammar, ou pelo menos eu penso que era o Sr. Zammar, foi torturado mais ou menos um mês depois de eu chegar lá. Não tive a possibilidade de falar com ele directamente, porque ele estava do outro lado do corredor e era impossível para mim entrar em contacto com ele. Por isso, as informações que tenho sobre visitas dos serviços de segurança alemães à Síria são de facto em segunda mão, quer através dos relatos na comunicação social, quer através de conversas com outros prisioneiros. O facto de eu ter ouvido as pessoas que me escoltaram até à Jordânia dizerem que a próxima paragem seria em Atenas mostra, penso eu, que há aí uma ligação europeia. O que estavam a fazer em Atenas, não faço a mínima ideia.

4-023

**Marlys Edwarth, advogada canadiana.** – A questão das informações que os serviços de informação militar sírios transmitiram, particularmente, aos serviços de informação ou de polícia canadianos está a ser examinada pela comissão de inquérito. O Comissário O'Connor ouviu depoimentos, tanto públicos como à porta fechada, que permitirão determinar, por exemplo, que papel desempenhou o agente de ligação de Roma na passagem de informação da Síria para a RCMP (Real Polícia Montada Canadiana). Não fomos informados sobre os depoimentos prestados à porta fechada, mas tenho plena confiança em que o Comissário abordará esse aspecto detalhadamente no seu relatório final.

4-024

**Giusto Catania (GUE/NGL).** – Senhor Presidente, agradeço também ao Sr. Arar pelo seu comvente testemunho.

O que ele nos disse confirma alguns elementos oficiais, isto é, que o jacto Gulfstream de matrícula 829 MG, aterrou no aeroporto de Ciampino. Isto foi confirmado também pelos serviços da aviação americana, o que constitui uma confirmação oficial da presença desse avião num aeroporto italiano.



Pessoalmente, considero óbvio que a aterragem do avião foi organizada pelas autoridades italianas, em primeiro lugar à luz da informação do Sr. Arar sobre a presença de um indivíduo de guarda ao avião e, em segundo lugar, porque geralmente um avião não aterriza num aeroporto sem receber um sinal para o fazer. Além disso, o mesmo avião foi identificado algumas vezes em vários aeroportos europeus e duas vezes em aeroportos italianos – Roma e Florença – em Novembro de 2004. O testemunho do Sr. Arar confirma, portanto, alguns documentos oficiais já em nosso poder.

Dito isto, tenho agora duas perguntas:

1. As autoridades italianas foram interpeladas? Qual foi a posição delas sobre a presença deste avião em Ciampino?

2. O avião foi alugado por uma companhia ao preço de 5 000 dólares por hora. Não temos, contudo, confirmação deste dado. A companhia que alugou a aeronave à CIA foi interpelada?

4-025

**Maher Arar**, *cidadão canadiano e alegada vítima de entrega extraordinária*. – Não disponho de qualquer informação sobre a companhia que foi utilizada para o meu transporte. Deixe-me recordar-lhe que eu estava preocupado com o que me iria acontecer na Síria. Estava com medo de ser torturado e não me recordo se houve qualquer comunicação entre os pilotos e a torre.

4-026

**Boguslaw Rogalski (IND/DEM)**. – Sr. Arar, pelo que nos disse, percebo que não foi torturado por americanos. Foi torturado na Síria, por sírios. Disse que durante os interrogatórios em Nova Iorque estava constantemente com medo de ser deportado para a Síria e de ser torturado lá. A minha pergunta é: porque é que estava com medo de ser torturado? Todas as pessoas que são deportadas para a Síria são torturadas? Sabia alguma outra coisa que indicasse que ia certamente ser torturado lá?

No início da sua intervenção, também disse que não conhecia ninguém ligado à Al-Qaeda. Tenho uma pergunta: durante o seu interrogatório em Nova Iorque foi-lhe mostrada uma cópia de um contrato de arrendamento de 1997, relativo a um apartamento, certificado e assinado por si e por Abdulla Almalki? Abdulla Almalki é acusado de pertencer à Al-Qaeda. Pode confirmar esta informação e pode confirmar que ele estava na Síria durante o mesmo período em que o senhor estava a ser torturado? Não poderia Abdulla Almalki ter falado do senhor como uma pessoa também suspeita de colaboração com a Al-Qaeda?

4-027

**Maher Arar**, *cidadão canadiano e alegada vítima de entrega extraordinária*. – Cria-me, não é necessária muita imaginação para pensar que alguém alegadamente pertencente à Al-Qaeda e que é entregue nas mãos de torturadores sírios, naturalmente, vai ser torturado.

Em segundo lugar, apresentei de facto algumas razões dos meus receios aos americanos que me entrevistaram. Uma delas é o facto de que eu ser muçulmano sunita e a Síria ser governada pela minoria alauíta, que tem uma história de opressão dos sunitas. Dei ainda outra razão para o meu receio de ser torturado: um familiar distante meu foi acusado de pertencer à organização Irmandade Muçulmana e esteve preso durante nove anos.

Ouvi muitas histórias horríveis, tanto dos meus irmãos mais velhos como dos meus pais, sobre o tratamento que os detidos recebem nas prisões sírias. Haveria ainda outras razões, como o facto de eu estar fora do país há 17 anos e o facto de não ter feito o meu serviço militar. Se juntarmos toda esta informação, era razoável prever o que ia acontecer quando chegasse à Síria.

4-028

**Lorne Waldman**, *advogado canadiano*. – No que respeita a Abdullah Almalki, deve saber que foi libertado, na Síria, sem nunca ter sido objecto de qualquer acusação; está novamente no Canadá há mais de dois anos; está livre; nunca foi apresentada qualquer acusação contra ele, por ninguém, e as alegações que o senhor está a repetir são infundadas e nunca, em parte alguma, deram origem a uma acusação.

4-029

**José Ignacio Salafranca Sánchez-Neyra (PPE-DE)**. – Muito obrigado, Sr. Arar, por estar hoje aqui presente. Compreendo que uma pessoa que passou por essas situações sofra — como dizia o seu advogado — de stress pós-traumático, mas queria também fazer-lhe algumas perguntas, para poder averiguar a verdade.

Contou-nos que quando voltava das suas férias na Tunísia foi detido no aeroporto de Nova Iorque com o seu passaporte canadiano. A pergunta concreta que quero fazer-lhe é se além da nacionalidade canadiana tem também a nacionalidade síria e passaporte sírio.

Em segundo lugar, é bem sabido que os Estados Unidos têm péssimas relações com a Síria. Se a CIA pensava que o senhor era um agente da Al-Qaeda, não se explica muito bem que o enviassem para a Síria. Porque crê que as autoridades ou os serviços secretos dos EUA o enviaram para a Síria?

Em terceiro lugar, quanto ao assunto de Roma, o senhor disse-nos que ia acorrentado e algemado quando o avião aterrou em Roma para fazer uma escala técnica e que sabia que era o aeroporto de Roma porque tinha visto num ecrã. Que ecrã era esse? Tinha um ecrã individual no seu lugar? Havia um ecrã geral na cabine, onde se podia ver o destino do avião?

Por último, os seus advogados disseram-nos que tinham intentado uma acção judicial contra as autoridades dos Estados Unidos. Porque não intentaram uma acção judicial contra as autoridades italianas?

4-030

**Maher Arar, cidadão canadiano e alegada vítima de entrega extraordinária.** – Nasci e fui criado na Síria. A Síria não permite aos seus cidadãos renunciar à cidadania. Depois de estar no Canadá, se bem me lembro, renovei o meu passaporte só nos primeiros anos, até receber um passaporte canadiano, em 1991 ou princípio de 1992. Perdi todas as ligações com a Síria. Nos primeiros tempos escrevia cartas aos meus amigos e assim por diante, mas com o tempo o Canadá tornou-se realmente o meu país.

Quando eu viajava, era, naturalmente, com um passaporte canadiano. Não tinha passaporte sírio; o meu passaporte sírio já não era válido desde 1991 ou 1992.

O ecrã de vídeo no avião não era apenas para mim. Era o mesmo tipo de ecrã que se encontra numa aeronave comercial. Recordo que *não* estive vendado durante toda a viagem. Estive algemado e acorrentado durante toda a viagem, com excepção das duas últimas horas, mas podia olhar à minha volta. Não fui vendado.

Provavelmente nunca poderei dar uma explicação cabal das razões por que a CIA decidiu enviar-me para a Síria, mas deixe-me fazer esta analogia. A polícia e os serviços de segurança têm todo o direito de investigar e têm realmente o dever e responsabilidade de proteger o país de quaisquer ameaças. Mas, que saibamos, tanto quanto os depoimentos e provas permitem concluir, e tanto quanto sabemos hoje, para os organismos de segurança canadianas eu era apenas uma testemunha. Se a polícia ou um organismo de segurança procuram uma testemunha ou, digamos mesmo, um suspeito, quando encontram essa testemunha ou suspeito, não seria de esperar, numa sociedade democrática, que entrevistassem o suspeito de uma forma civilizada para apurarem o que realmente se passa? Ou espera-se que entreguem a testemunha ou o suspeito a assassinos em série, para que estes se ocupem dele? É a analogia que eu faço.

4-031

**Lorne Waldman, advogado canadiano.** – Perguntou-nos porque não intentamos igualmente uma acção contra a Itália. Estamos agora a considerar essa possibilidade. Apenas agora podemos obter elementos de prova suficientes para considerar a possibilidade, porque só agora foram fornecidos os registos de voo que nos darão elementos de prova suficientes para, eventualmente, podermos uma acção contra a Itália. Até aqui não havia informação suficiente.

4-032

**Martine Roure (PSE).** – Temos muito prazer em vê-lo hoje aqui, Sr. Arar. A sua descrição foi muito comovente, é necessário dizê-lo.

Tenho uma pergunta muito precisa para lhe fazer: em Roma, pôde ver se os membros da tripulação saíram do aparelho ou se pessoas do exterior subiram a bordo do avião? Para nós é útil saber isso, para que possamos ter uma ideia clara do que se passou em solo da União Europeia. Além disso, gostaria de lhe pedir que nos

descrevesse, rapidamente mas de forma precisa, a sua libertação.

4-033

**Maher Arar, cidadão canadiano e alegada vítima de entrega extraordinária.** – Como disse, não me recordo se houve pessoas a desembarcar ou embarcar no avião. Em relação à minha libertação, desejaria saber se podem ser um pouco mais específicos relativamente à área em que querem que me concentre, porque a história da minha libertação pode demorar dez minutos!

4-034

**Martine Roure (PSE).** – Gostariamos de saber como é que tudo se passou, em que momento é que lhe disseram que seria libertado. Pode omitir os pormenores.

4-035

**Maher Arar, cidadão canadiano e alegada vítima de entrega extraordinária.** – Disseram-me na noite anterior à libertação, mas, no fim daquele período de detenção, eu já não acreditava em nada que os sírios me dissessem, porque eles me mentiam muitas vezes. Disseram-me que ia ser libertado e eu não liguei muito. Não acreditei enquanto não vi o carro da embaixada chegar à Secção Palestiniana para me vir buscar, e isso foi no dia seguinte. Aconteceu subitamente. Eu sentia que se passava alguma coisa. Sentia que talvez pudesse ser libertado, mas a confirmação só veio claramente quando vi e me encontrei com os funcionários da embaixada canadiana, no dia da minha libertação.

4-036

**Sarah Ludford (ALDE), Vice-Presidente do TDIP.** – Muito obrigada, Sr. Arar. Estou consciente da tensão que todas as suas experiências lhe causaram. Assim, como nota prévia, queria apenas fazer notar que a pertinência da sua vinda aqui não se relaciona apenas com a possível utilização do espaço aéreo europeu e do seu território, mas, naturalmente, não devemos esquecer que o Canadá é um observador no Conselho da Europa e é parte interessada no cumprimento dos direitos humanos europeus. Penso que isto é relevante para nós.

Quero fazer-lhe algumas perguntas sobre as visitas consulares. O Sr. Waldman, seu advogado, disse que o Governo canadiano o procurou durante duas semanas. Compreendo que a questão principal para a Comissão de Inquérito é o papel da polícia e dos serviços de informação canadianos – se foram cúmplices na sua deportação e qual o papel do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Contudo, o senhor recebeu uma visita consular em 4 de Outubro de 2002, quando estava em Nova Iorque, e depois teve outras visitas consulares – cerca de sete, creio eu – entre Outubro de 2002 e a sua libertação em 2003, um ano mais tarde. O que lhe disseram esses funcionários consulares? O que é que eles pensavam que se estava a passar? O que é que lhe foi permitido dizer-lhes e o que é que eles disseram sobre o papel do Governo canadiano na sua detenção na Síria e sobre o tratamento a que estava sujeito?

4-037

**Marlys Edwarth, advogada canadiana.** – Vou interferir aqui, apenas porque isso é, provavelmente, a peça

central daquilo que o Comissário está a examinar. Penso que é muito justo dizer que o Sr. Arar foi o primeiro sírio canadiano detido na Síria a obter acesso a serviços consulares. Há registos muito longos sobre essas visitas consulares e talvez a característica mais manifesta seja a de não ter havido qualquer tipo de oportunidade para que o agente consular tivesse conversações privadas com o Sr. Arar. Na maioria das vezes, recebia ordem para falar em árabe, que seria depois traduzido. Foram sempre estritamente supervisionados sob a autoridade directa do Serviço de Informação Militar sírio, o que, obviamente, não era muito favorável. Isto não quer dizer que houvesse uma capacidade clara e perceptiva da parte dos nossos funcionários consulares para determinar o que realmente se passava. Já disse o bastante, e deixemos que o Comissário consiga determinar os factos.

4-038

**György Schöpflin (PPE-DE).** – Agradeço ao Sr. Arar por ter vindo hoje aqui. Felizmente, a maioria das minhas perguntas já foi feita e respondida.

Tenho uma pergunta que decorre da que já respondeu antes sobre a sua nacionalidade síria e o seu passado na Síria. Teve a impressão de que os sírios continuavam a considerá-lo como um dos seus – como um cidadão sírio que podiam tratar livremente da maneira que nos descreveu?

Em segundo lugar – isto é apenas uma informação técnica –, esteve alguma vez na Síria depois de ter de lá saído, aos 17 anos?

Em terceiro lugar – e talvez não possa responder a isto –, como se soube que o tinham levado para a Síria? Porquê especificamente a Síria e não qualquer outro país, passando pela Jordânia, como nos descreveu?

Quando estava em Nova Iorque e tinha medo de ser enviado para a Síria, havia alguma coisa no seu passado sírio que lhe fizesse recear que o levassem para lá – havia alguma vulnerabilidade que o levasse a pensar na tortura?

4-039

**Maher Arar, cidadão canadiano e alegada vítima de entrega extraordinária.** – É um facto bem conhecido que a tradição síria vê todos os nascidos na Síria como sírios. É como se basicamente vos possuíssem por toda a vida.

Nunca voltei à Síria depois de ir para o Canadá, e a maioria dos meus medos tinham a ver com o serviço militar. Não quis fazer o serviço militar. Os meus irmãos mais velhos fizeram-no e disseram-me coisas sobre o serviço militar que me levaram a odiá-lo.

4-040

**Lorne Waldman, advogado canadiano.** – Toda a questão de como se veio a saber que o Sr. Maher Arar foi enviado para a Síria faz parte dos depoimentos apresentados à Comissão de Inquérito, mas penso que não é controversa. Houve contactos informais entre funcionários canadianos e funcionários americanos

desde uma fase precoce, e os serviços de segurança tinham-lhes dito que ele ia para a Síria. Contudo, o Ministério dos Negócios Estrangeiros tentava desesperadamente confirmar isso oficialmente e enviou pedidos de informação ao embaixador na Síria, que solicitou repetidamente confirmação aos sírios. Dado que o Sr. Arar esteve incomunicável durante duas semanas, foi somente depois de terminar a tortura que eles confirmaram a sua detenção na Síria.

4-041

**Stavros Lambrinidis (PSE).** – Gostaria de dar as boas vindas ao Sr. Arar. Tenho três perguntas muito breves.

Parece-me interessante e estranho que em Nova Iorque as autoridades dos EUA lhe tenham recusado um advogado repetidas vezes. De facto, uma vez chegaram a dizer-lhe que estaria um advogado na sala à sua espera e quando lá chegou, não encontrou advogado nenhum. Contudo, permitiram-lhe um contacto com funcionários consulares canadianos. Considero isto um pouco estranho. A razão por que faço esta pergunta – e gostaria que me confirmasse o meu entendimento dos factos – é que, naturalmente, pondo-o em contacto com o funcionário consular canadiano, as autoridades dos EUA estavam efectivamente a tornar público para o Canadá e para o mundo que o senhor estava detido nos EUA. Obviamente, ao darem a conhecer o facto publicamente, pelo menos ao Governo canadiano, a preocupação não era de a sua detenção nos EUA ser de algum modo secreta mas, claramente, estavam a envolver o Governo canadiano. Pergunto isto porque estamos a tentar determinar se houve efectivamente Governos da UE envolvidos ou pelo menos informados de situações como a sua, e penso que a sua experiência poderá revelar-nos um *modus operandi*.

A minha segunda pergunta tem a ver com Atenas. Disseram que o avião iria a Atenas. O senhor disse que depois da sua libertação pôde confirmar os registos do voo que o levou para a Jordânia, ou que os jornalistas os confirmaram. Sabe se confirmaram igualmente uma aterragem em Atenas depois de o avião sair da Jordânia?

Em terceiro lugar, dada a sua excelente memória sobre estas questões, pediram-lhe alguma vez que descrevesse e desenhasse – ou alguém desenhasse – as faces dessas pessoas que o interrogaram, seja nos EUA ou na Síria? Por outras palavras, desenvolveu-se qualquer esforço para que o senhor identificasse as pessoas que o interrogaram nos EUA e na Síria?

4-042

**Maher Arar, cidadão canadiano e alegada vítima de entrega extraordinária.** – Desejaria ter tido mais tempo no início para vos dar mais pormenores sobre o que aconteceu exactamente quando estava em Nova Iorque. Pedi a presença de um advogado desde a primeira vez que me quiseram interrogar. Não acederam ao meu pedido, mas finalmente, depois de a minha família e amigos começarem a procurar-me, eles contactaram os funcionários canadianos e conseguiram obter-me um advogado da imigração, porque as autoridades americanas me disseram, até por escrito, que o que se

estava a passar tinha a ver com a imigração. Foi por isso que recebi a visita de um advogado num sábado, no dia anterior ao dessa longa entrevista de que falei.

Tudo aquilo aconteceu muito rapidamente. A entrevista comigo foi num domingo à noite. Sabemos agora que telefonaram ao advogado e deixaram uma mensagem. Não era razoável esperar que o advogado trabalhasse num domingo, mas eles decidiram avançar com a entrevista.

No que respeita à aterragem em Atenas, só ontem recebi confirmação disso. Espero que Stephen Grey me permita referir que me encontrei com ele no ano passado. Contei-lhe tudo o que sabia sobre o voo, incluindo a escala em Atenas. Encontrei-me com ele ontem, e ele confirmou que tinha encontrado a pista do avião depois que ele sair de Amã, e foi efectivamente para a Grécia.

No que respeita à identificação, desejava que houvesse a possibilidade de eu ver fotografias para identificar as pessoas. Gostava que me fosse dada essa oportunidade, e se acharem que essa possibilidade existe e que pode ser útil, estou disposto a fazê-lo.

Deixem-me apenas confirmar o seguinte: sei os nomes de alguns dos torturadores sírios e de alguns dos funcionários.

4-043

**Cecilia Malmström (ALDE).** – Sr. Arar, muito obrigada por estar aqui. Compreendo como isso deve ser doloroso para si.

No seguimento da pergunta anterior, viu as caras dos tripulantes do avião quando saíram dos EUA? Poderia reconhecer essas pessoas? Tem a impressão de que eram todos americanos?

Em segundo lugar, quando o senhor foi libertado, como foi transportado da Síria para o Canadá? Pode dizer-nos alguma coisa sobre esse itinerário?

4-044

**Maher Arar, cidadão canadiano e alegada vítima de entrega extraordinária.** – Poderia identificar pessoas se visse fotografias delas, melhor do que através dos nomes. Por exemplo, as pessoas que me entrevistaram em Nova Iorque, do que recordo, usavam chapas com os nomes. Disseram-me os seus nomes, mas agora já os esqueci. Se me forem mostradas fotografias das pessoas que me entrevistaram em Nova Iorque ou dos outros que estavam no avião, penso que poderei identificá-los.

No que se refere à viagem de regresso, voámos de Damasco para Paris num voo da Air France, no mesmo dia em que fui libertado, e depois de Paris para Montreal, num voo regular. Chegámos sem incidentes.

4-045

**Marlys Edwarth, advogada canadiana.** – Devo esclarecer, provavelmente, que o Sr. Arar foi acompanhado durante toda a viagem por representantes consulares canadianos

4-046

**Panayiotis Demetriou (PPE-DE).** – Sr. Arar, estamos muito comovidos com as suas provações e o senhor tem a nossa simpatia.

Tenho duas perguntas extremamente relevantes para o nosso mandato. Em Roma, subiu alguém a bordo que falasse italiano? Ouviu lá alguém falar com outras pessoas em italiano? Viu alguma troca de papéis – uma ocorrência usual quando um avião aterriza em algum lugar?

Tem algum indício de que o avião aterrou em Atenas?

4-047

**Maher Arar, cidadão canadiano e alegada vítima de entrega extraordinária.** – Como disse, não me recordo de ninguém subir a bordo do avião em Itália. Segundo recordo, o avião permaneceu na pista. Não recordo que alguém tenha entrado ou saído do avião, qualquer troca de papéis ou comunicação. Não recordo nada disso.

Tudo o que posso dizer sobre Atenas é que durante a última hora da viagem, eles discutiam onde é que seria a próxima escala. Um deles disse a outro que iriam parar em Atenas, na Grécia. É tudo o que posso dizer. É a minha única informação de conhecimento directo no que respeita a Atenas.

4-048

**Claude Moraes (PSE).** – Sr. Arar, disse no início desta audição que não nos poderia dar muitos pormenores. Contudo, acabou por nos fornecer muitos dados. Isto não é um tribunal, portanto podemos pedir-lhe também a sua opinião informada sobre as coisas.

Disse que tinha ouvido mencionar a Unidade de Transferências Especiais ...

*(Gravação de som não disponível)*

... incompetência que consistia em deixá-lo ver tudo, ou o senhor sente que não estavam a ser adoptadas medidas extraordinárias para o impedir de fazer essas associações? O senhor podia ser libertado – eles sabiam que não tinham provas sólidas contra si. Dado que nasceu na Síria e deixou o país quando tinha 17 anos, e dado o que sabe sobre os serviços de informação e como eles funcionam na Síria, ficou com uma ideia de diferentes serviços de informação, talvez operando juntos, e que não se importavam que pudesse mais tarde estabelecer essas ligações e vir contar-nos? Ou pensa que foi por incompetência que não o vendaram, ou que pensaram que o iam apanhar e desmascarar e que o senhor não falaria mais tarde?

Que opinião formou a este respeito? Precisamos de saber se a CIA estava realmente envolvida.

4-049

**Maher Arar, cidadão canadiano e alegada vítima de entrega extraordinária.** – Como disse antes, aconteceram coisas estranhas no avião. Eu estive algemado e acorrentado o tempo todo, com excepção das últimas duas horas. No período em que estive algemado

e acorrentado, até entravam comigo nos sanitários, embora eu protestasse. Disse-lhes que era contra a minha fé. Não ligaram.

Nas últimas duas horas, as coisas modificaram-se completamente e achei isso estranho. Sentei-me junto deles e serviram-me um jantar de *shish kebab*. O que é que isto quer dizer? Ainda hoje me parece muito estranho. Enquanto estávamos a jantar, falei com o homem que parecia ser o chefe da equipa e contei-lhe o meu medo de ser torturado. Ele disse qualquer coisa como: "Porque é que não fala com os jordanos, para ver se eles arranjam uma solução"? Não compreendi exactamente o que ele me disse naquela altura, mas depois do meu regresso, naturalmente, comecei a ler sobre as práticas de entrega da CIA. Li uma citação de um ex-agente da CIA – não me lembro agora do nome dele, penso que era qualquer coisa como Baer – na qual ele descreve como a CIA ou outras agências americanas escolhem o país de destino. Dizia mais ou menos: "Se querem que as pessoas sejam bem interrogadas, enviam-nas para a Jordânia; se querem que desapareçam, enviam-nas para o Egipto; e se querem que elas sejam torturadas, enviam-nas para a Síria". É provável que as pessoas que me transportaram pensassem que eu não voltaria a ver a luz do dia.

4-050

**Giovanni Claudio Fava (PSE), relator.** – Senhor Presidente, tenho apenas uma outra pergunta, mas gostaria também de agradecer, mais uma vez, ao nosso convidado e salientar que, embora o nosso mandato seja, evidentemente, limitado, pesa sobre nós uma enorme responsabilidade como cidadãos e membros de um órgão parlamentar. O que ouvimos esta noite terá seguramente valor para o exercício dessa responsabilidade.

A minha pergunta relaciona-se com o que lhe foi dito quando o enviaram para a Síria. É verdade que o que lhe disseram foi, aproximadamente, que o departamento da Imigração dos Estados Unidos não é o organismo que se ocupa da Convenção das Nações Unidas contra a Tortura? Quem lho disse? A afirmação foi feita de forma séria? O tom era o de quem acredita que está a dizer algo com validade jurídica?

4-051

**Maher Arar, cidadão canadiano e alegada vítima de entrega extraordinária.** – Bom, a principal razão para a realização daquele interrogatório de seis horas foi quererem saber por que motivo eu não queria voltar para a Síria. Expliquei-lhes claramente que era extremamente provável que fosse sujeito a tortura naquele país. Quando me foram buscar ao Centro de Detenção Metropolitano e começaram a ler-me a decisão do director do Serviço de Imigração de me enviar para a Síria, comecei a chorar e recordei-lhes de novo a eventualidade de poder vir a ser torturado.

Temos na nossa posse, aliás, uma cópia da decisão do director do Serviço de Imigração que o meu advogado poderá certamente facultar-vos. Recordo-me que a senhora que estava presente folheou o documento até às últimas páginas e disse mais ou menos isto: "O INS (o

serviço de imigração e naturalização dos Estados Unidos) não é o organismo que se ocupa da Convenção contra a Tortura". Quando ouvi aquilo senti-me totalmente em pânico e chocado. A mensagem que me estavam a transmitir, basicamente, era: "Tanto nos faz, vamos mesmo enviar-te para a tortura". Simplesmente isto.

4-052

**Presidente.** – Em nome da comissão, gostaria de agradecer ao Sr. Arar e aos advogados por terem aceitado o nosso convite e respondido às nossas perguntas. A audição foi extremamente interessante.

4-053

**Presidente.** – O Sr. Jönsson representa o seu cliente, o Sr. Mohamed Al-Zeri, que é um cidadão egípcio a quem foi recusado o pedido de asilo que havia depositado na Suécia, o que resultou numa ordem de expulsão. Na sequência dessa ordem de expulsão, o Sr. Al-Zeri foi objecto de um repatriamento forçado para o Egipto, no qual terão participado agentes americanos. O Sr. Al-Zeri afirma ter sido submetido a tortura durante dois anos – os dois anos que durou a sua detenção no Egipto –, no fim dos quais não foi apresentada qualquer queixa contra ele, mas foi condicionado ao regime de residência fixa, o que o impediu de vir depor perante a nossa comissão. Por esse motivo está representado pelo Sr. Jönsson, seu advogado, a quem dou as boas-vindas e a quem dou a palavra, para uma declaração inicial.

4-054

**Kjell Jönsson, advogado de Mohammad Al-Zeri (cidadão egípcio).** – Senhor Presidente, posso acrescentar mais alguns pormenores. O meu cliente, Sr. Al-Zeri, pediu asilo ao chegar à Suécia, em Agosto de 1999. No Egipto tinha participado em actividades pacíficas que, porém, não eram toleradas pelas autoridades egípcias. Tinha sido detido, torturado e seguidamente libertado. Em 1991 fugiu do Egipto por recear ser novamente detido e torturado.

Passou algum tempo na Arábia Saudita e depois na Síria, tendo decidido pedir asilo na Suécia quando receou poder vir a ser extraditado para o Egipto. Tinham-lhe dito que a Suécia era um país democrático, que protegia os refugiados e respeitava os direitos humanos fundamentais. Na realidade, o Governo sueco considerou, na sua decisão de 18 de Dezembro de 2001, que o Sr. Al-Zeri era um refugiado ao abrigo da Convenção da ONU, mas foi-lhe recusada protecção. O Governo sueco declarou ter recebido informações confidenciais da polícia secreta sueca (SÄPO) indicando que o Sr. Al-Zeri ocupava um cargo dirigente numa organização acusada de terrorismo e podia ser considerado responsável pelas actividades da organização.

Informações posteriores vieram, contudo, demonstrar que esta acusação era falsa e que emanava do que a própria SÄPO designa por "os chamados serviços amigos", isto é, a CIA. As informações posteriores revelaram também que havia um mandado de busca emitido pelo Egipto contra o Sr. Al-Zeri por ser suspeito

num processo de 1993, mas não foi aplicado o processo especial para casos de extradição, que inclui uma audição no Supremo Tribunal da Suécia. O Governo sueco tomou a sua decisão em primeira e última instância, o que equivale a dizer que não houve qualquer possibilidade de recurso ou apreciação judicial da decisão. O Sr. Al-Zeri foi deportado nessa mesma noite, exposto a um tratamento desumano e degradante por parte dos agentes dos Estados Unidos no aeroporto de Bromma, em Estocolmo, e esse tratamento prosseguiu no avião disponibilizado pela CIA à SÄPO. Segundo a polícia secreta sueca, a ministra dos Negócios Estrangeiros sueca, Sr<sup>a</sup>. Anna Lindh, aprovou a utilização do avião americano.

No Egipto, continuou o tratamento desumano e degradante do Sr. Al-Zeri. Foi duramente torturado; o pior método usado foi a aplicação de choques eléctricos nas partes mais sensíveis do corpo. Esta situação prolongou-se até 20 de Fevereiro de 2002.

Temos, portanto, uma sucessão ininterrupta de acontecimentos iniciada em solo sueco por agentes estrangeiros. Esta sucessão de acontecimentos configurou uma violação do artigo 3º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem. O Sr. Al-Zeri foi finalmente libertado em 27 de Outubro de 2003, sem qualquer acusação. O Governo egípcio informou mais tarde o Governo sueco de que este não era suspeito de quaisquer actividades ilegais. Por conseguinte, estava e está inocente.

Na sua decisão, o Governo sueco afirmou que havia recebido garantias por escrito de um representante do Governo egípcio de que o Sr. Al-Zeri não seria tratado ou punido de modo a que a Suécia, ao deportá-lo, corresse o risco de infringir as suas obrigações internacionais. Mas foi uma promessa vã. Nenhuma das garantias, ou mesmo das chamadas garantias diplomáticas, foi respeitada. O meu constituinte não teve um julgamento justo, e a Suécia violou de facto as obrigações por si assumidas ao abrigo da Convenção da ONU contra a Tortura.

Na minha introdução darei informações um pouco mais pormenorizadas sobre o que aconteceu antes e no dia 18 de Dezembro de 2001. Sugiro que as críticas nacionais e internacionais à Suécia pela deportação do Sr. Al-Zeri e do Sr. Agiza – que foi deportado simultaneamente e em condições iguais ou similares – sejam abordadas mais tarde.

Na minha qualidade de representante legal e defensor oficioso do Sr. Al-Zeri, dirigi-me por escrito ao Governo sueco informando-o de que iríamos interpor uma queixa junto de um organismo internacional se o Governo decidisse extraditar o Sr. Al-Zeri. Em 17 de Dezembro, realizou-se uma reunião no Ministério dos Negócios Estrangeiros entre a SÄPO, a ministra dos Negócios Estrangeiros e muitos outros participantes. A SÄPO apresentou aquilo a que chamou uma oferta da CIA para que para a utilização um avião americano. Foram manifestadas algumas preocupações de que um tribunal

Europeu ou a Comissão das Nações Unidas contra a Tortura pudessem requerer a adopção de providências cautelares. No mesmo dia ficou decidido no Ministério que nem eu nem o Sr. Al-Zeri receberíamos informações sobre as garantias diplomáticas. A existência destas garantias era uma condição necessária da decisão do Governo de extraditar o Sr. Al-Zeri e o Sr. Agiza.

Pessoalmente, não imaginava que tais “garantias” pudessem existir. Foi a primeira vez que foram usadas num caso desta natureza, em que o risco de tortura era uma questão crucial. Se tivesse, na altura, conhecimento disto, teria imediatamente recorrido ao Tribunal Europeu. Estou convicto de que, se isso tivesse sido possível, este processo não teria figurado hoje na ordem do dia do Parlamento Europeu.

A decisão foi tomada em 18 de Dezembro e executada imediatamente, nesse mesmo dia. À hora de almoço, o agente da polícia secreta que planeava a execução da decisão encontrou-se com agentes americanos no aeroporto de Bromma. Eles declararam que não havia espaço no avião para os agentes suecos. Contudo, depois de estes insistirem, foi autorizada a entrada de duas pessoas a bordo. Foi também transmitida a informação de que os agentes de segurança a bordo poderiam usar capuzes e que os passageiros seriam revistados. A aterragem do aparelho estava prevista para cerca das 21 horas. A notificação da decisão do Governo foi recebida às 15h10 e por volta das 17 horas uma unidade especial sueca, a que chamamos *insatsstyrkan*, deteve o Sr. Al-Zeri no seu local de trabalho.

Por coincidência, eu estava a falar ao telefone com ele nesse momento. Ouvi uma voz masculina que ordenava “desligue o telefone”, e a chamada foi interrompida. Durante essa tarde, o patrão dele informou-me, por telefone, de que a polícia o tinha levado. Foi conduzido para um local de detenção em Estocolmo mas não me foi dito nada sobre o assunto. A polícia não me informou da decisão de o deter. O Sr. Al-Zeri pediu para me telefonar, mas o pedido foi recusado. No entanto, eu agi rapidamente. Contactei o Ministério dos Negócios Estrangeiros e foi-me dito que o responsável pelo processo não estava disponível e que não tinham qualquer informação sobre o assunto. Não sabiam de qualquer reunião governamental realizada naquele dia. Enganaram-me.

O responsável do processo tinha enviado a decisão por correio registado, o que significava que eu só a iria receber depois de já ter sido executada. Prometeram informar-me à noite, caso houvesse alguma novidade, e aguardei o contacto, com o telemóvel ligado, durante o serão. Entretanto o avião americano aterrava no aeroporto de Bromma um pouco antes das 21 horas e um agente da SÄPO ia falar com os ocupantes da aeronave. Além da tripulação, estava presente uma equipa de segurança composta por sete ou oito elementos e que incluía dois agentes egípcios. Os agentes americanos foram informados de que o Sr. Al-Zeri e o Sr. Agiza aguardavam dentro de veículos estacionados em frente a uma pequena esquadra na zona do aeroporto. A equipa,

cujos elementos tinham a cara tapada com um capuz, dirigiu-se aos veículos e retirou os dois homens, sucessivamente, levando-os para um pequeno vestiário onde ambos foram revistados. As roupas foram rapidamente cortadas em pedaços. O Sr. Al-Zeri, totalmente nu, foi forçado a debruçar-se para a frente. Sentiu que lhe era inserido um objecto no recto. Mais tarde sentiu os seus músculos ficarem frouxos. Foi-lhe dada uma fralda. O cabelo, a boca e as orelhas dos detidos foram examinados. Seguidamente foram algemados e acorrentados. Vestiram-lhes fatos-macacos. Vendaram os olhos do Sr. Al-Zeri e colocaram-lhe na cabeça um grande capuz sem buracos para os olhos. Foram fotografados. Depois foram levados, descalços, para o avião e colocados e amarrados em colchões na parte traseira da aeronave. Não lhes retiraram as algemas, as grilhetas ou capuzes durante o voo para o Egipto. O Sr. Al-Zeri descreveu a posição como muito dolorosa. Ouvia o Sr. Agiza pedir repetidamente água em diferentes línguas.

No Egipto, o Sr. Al-Zeri foi mantido vendado por longos períodos até 20 de Fevereiro de 2002. A venda era-lhe retirada, contudo, em algumas ocasiões. Nem os agentes da SÄPO nem os polícias da unidade especial intervieram para pôr termo ao tratamento degradante no aeroporto. Não questionaram aquele tratamento. Ninguém assumiu o comando dos agentes estrangeiros nem interrompeu esta actuação.

No avião viajou um agente da SÄPO e uma pessoa referida como intérprete. Não viajaram junto do Sr. Al-Zeri e do Sr. Agiza e não levantaram objecções ao tratamento dispensado aos dois egípcios.

Por último, valerá a pena referir que os agentes estrangeiros agiram de uma forma muito coordenada e rápida durante a chamada inspecção de segurança. Não comunicaram oralmente, mas apenas através de sinais. Os agentes suecos concluíram que não era a primeira vez que executavam uma acção deste tipo. Um agente da SÄPO sueca contou que a explicação que lhe havia sido dada para obrigarem os dois egípcios a usarem capuz foi a de que esta era a prática estipulada pelos Estados Unidos para o transporte de pessoas deportadas com ligações ao terrorismo. Parece ser claro que o tratamento dispensado pelos americanos aos dois homens era rotineiro para os agentes dos Estados Unidos. Este tratamento foi posteriormente classificado de degradante pelo Provedor de Justiça Principal do Parlamento sueco, Mats Melin, no relatório que elaborou, com data de 22 de Março de 2005. Foi apurado, pelos meios de comunicação social suecos e internacionais, que a aeronave usada, com a matrícula N379P, tem sido usada em idênticos processos de entrega extraordinária em todo o mundo.

Após esta breve introdução estou disponível para tentar responder às vossas perguntas.

4-055

**Giovanni Claudio Fava (PSE), relator.** – Senhor Presidente, quero agradecer ao Sr. Jönsson, que está aqui

como representante de um cidadão egípcio, o Sr. Al-Zeri, embora tivéssemos preferido ouvir o Sr. Al-Zeri na companhia do seu advogado. O Sr. Al-Zeri foi reconhecido como inocente – tal como disse o Sr. Jönsson – e encontra-se agora livre no Egipto, na sequência de uma operação que, em nosso entender, não pode ser considerada uma entrega extraordinária: uma ordem de expulsão emitida pelo Governo sueco, numa operação que terminou com um longo período de detenção no Egipto, de que vários serviços governamentais tinham conhecimento.

Quero perguntar se, tal como se concluiu das actuais investigações em curso na Suécia, o Governo sueco decidiu expulsar os dois egípcios com base num compromisso verbal, transmitido telefonicamente pelas autoridades egípcias, de que seria respeitada a dignidade dos dois prisioneiros e estes não seriam torturados. Sabemos que foi praticada tortura e, por esse motivo, pergunto se o Governo sueco tentou, de algum modo, obter informação, durante os meses em que o Sr. Al-Zeri esteve preso, sobre as condições de detenção, e pergunto o que o Governo sueco sabia e como reagiu.

A minha última questão diz respeito à informação que esteve na base da decisão do Governo de o expulsar tão rapidamente. O senhor recordou-nos que o Sr. Al-Zeri e o Sr. Agiza eram opositores do regime egípcio e haviam obtido asilo político com base neste facto. Por que razão decidiu o Governo subitamente expulsá-lo? O senhor referiu documentação específica, um processo que teria sido recebido da CIA. Qual era o conteúdo desse processo? Quem forneceu essas informações à CIA? Pode responder-nos a isto?

4-056

**Kjell Jönsson, advogado de Mohammad Al-Zeri (cidadão egípcio).** – Colocaram-me muitas perguntas e por isso, se me esquecer de alguma, façam o favor de a repetir, pois é difícil lembrar-me de todas.

Não concordo consigo em que não se tratou de uma entrega extraordinária. Houve uma decisão governamental mas, como já disse, não houve possibilidade de interpor uma queixa contra esta decisão. Verificaram-se também outras lacunas no que se refere às salvaguardas legais, mas não pretendo aqui discutir essa questão. Gostaria, porém, de referir o relatório da *Human Rights Watch* intitulado “Promessas ocultas: garantias diplomáticas não salvaguardam da tortura”, onde são referidos os casos de Agiza e Al-Zeri como processos típicos de entrega extraordinária.

No que se refere à questão do que sabiam as autoridades suecas sobre o tratamento dispensado aos dois homens, o Governo sueco foi informado, numa fase inicial, sobre esse tratamento no aeroporto de Bromma. Em meu entender, essa informação deveria ter constituído um indício muito forte, um aviso para o Governo de que devia acompanhar com muito cuidado o que sucedeu no Egipto.

Passaram-se cinco semanas até o embaixador sueco visitar os dois homens detidos no Cairo. Este encontro realizou-se no gabinete do director da prisão. Nunca houve qualquer contacto entre os diplomatas suecos e os dois homens sem a presença de agentes egípcios a tomar notas. O primeiro encontro realizou-se em 23 de Janeiro de 2002. Vou citar o relatório do Embaixador: “Agiza e Al-Zeri tinham acabado de ser transferidos para a prisão de Tora depois de terem sido interrogados durante 30 dias em instalações dos serviços de segurança localizadas noutra zona do Cairo. O tratamento que lhes foi dispensado na prisão de Tora foi “excelente”. Porém, tinham queixas a apresentar relativas ao período entre a sua detenção na Suécia e a transferência para Tora: brutalidade excessiva por parte da polícia sueca quando foram detidos; o facto de terem sido forçados a permanecer em posições desconfortáveis durante o voo para o Egipto e a permanecer vendados durante todo o período de interrogatório; detenção em celas demasiado exíguas (1,5 metros quadrados) durante o mesmo período; privação de sono devida a vigilância nas celas; demora de dez dias até ser facultado a Agiza, na sequência de um exame médico, o acesso aos seus medicamentos para uma úlcera gástrica; agressões dos guardas durante o transporte de e para os interrogatórios; ameaças dos interrogadores de que a família de Agiza sofreria consequências se ele não contasse tudo sobre a sua estada no Irão, etc. Não me é possível, na qualidade de embaixador, verificar a veracidade destas queixas. Porém, nenhum dos dois homens se queixou, mesmo quando os questioneei directamente, de ter sido sujeito a tortura física sistemática e consideraram que eram bem tratados na prisão de Tora”.

Cabe salientar que a parte essencial do relatório do Embaixador, a que descreve este tratamento – que constitui uma violação do artigo 3º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem – foi mantida confidencial pelo Governo sueco. Devo dizer também que a Subsecretária de Estado da altura, Srª. Gun-Britt Andersson, me chamou ao Ministério dos Negócios Estrangeiros no dia 30 de Janeiro para me informar de que iria comunicar o que o Embaixador lhe tinha dito. Garantiu-me que nenhum dos dois homens falara em violência física de que fosse alvo. Esta negação do verdadeiro teor do relatório diplomático manteve-se durante um longo período. A questão da deportação foi tratada pela Comissão dos Assuntos Constitucionais sueca ainda durante a Primavera de 2002. Não houve qualquer referência ao tratamento dos dois prisioneiros descrito pelo Embaixador ao Ministério. Mais tarde, o Governo sueco negou esta informação aos dois organismos das Nações Unidas – a Comissão dos Direitos do Homem e a Comissão contra a Tortura.

No entanto, a informação foi revelada no final de 2004 pelo canal 4 da televisão sueca, no seu programa *Kalla Fakta* (Factos Reais). Chegou às suas mãos através do advogado do Sr. Agiza, que tinha apresentado o caso à Comissão contra a Tortura (CAT) da ONU. Penso ser relevante salientar que a CAT, na sua decisão do ano passado respeitante ao Sr. Agiza, declarou que a Suécia violou o artigo 3º da Convenção das Nações Unidas.

Disse ainda que a Suécia não cooperou plenamente com a CAT, uma vez que não transmitiu as informações que havia recebido sobre o tratamento dispensado aos dois homens.

Penso que também pode ser interessante para esta comissão tomar nota dos argumentos avançados pelo Governo sueco, numa tentativa de não revelar toda a verdade ao organismo das Nações Unidas. Estes argumentos figuram no número 12, pontos 14 e 15. O relatório está à disposição da comissão. Resumindo, o Governo sueco argumentou que não tinha confiança na confidencialidade da actuação da CAT. Trata-se de uma razão importante para o Governo sueco e levanta a questão de saber se o Governo sueco entende que não pode confiar num organismo das Nações Unidas e se isso é justificação para não dizer a verdade. Sendo assim, isto implica que temos problemas e que vocês também irão ter problemas se houver outros que adoptem a mesma política.

Quanto à segunda razão, cito a decisão da CAT: “Os representantes estatais concluem que, por esta razão, nem todas as informações recolhidas na primeira visita da embaixada foram reveladas à comissão. Se essas informações não confirmadas tivessem sido divulgadas nessa fase, com a colaboração indirecta do Governo sueco, tal poderia ter ocasionado retaliações contra o queixoso. O risco de retaliação não foi considerado despidendo, independentemente de as informações estarem ou não correctas. Se as informações respeitantes aos tratamentos degradantes dispensados ao queixoso estavam correctas, embora tal tratamento não parecesse equivaler a tortura na acepção da Convenção, isso significaria que as garantias diplomáticas não haviam produzido o efeito desejado de proteger o queixoso contra um tratamento que violasse as obrigações internacionais da Suécia, incluindo um tratamento proibido nos termos do artigo 3º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Sendo esse o caso, existiria um risco aparente de que a divulgação da informação colocasse o queixoso em risco de sofrer mais tratamentos degradantes e talvez mesmo de ser torturado.

Se, por outro lado, as informações divulgadas estivessem incorrectas, o facto teria tido um impacto negativo nas relações entre a Suécia e o Egipto. Isto, por sua vez, poderia levantar problemas aos esforços de acompanhamento do caso desenvolvidos pela embaixada. Avaliados os diferentes riscos inerentes a esta situação, concluiu-se que a melhor forma de actuação seria aguardar o relatório elaborado pela embaixada sobre a visita seguinte”.

Registe-se que as declarações do Sr. Agiza e do Sr. Al-Zeri à embaixada sueca foram feitas na presença de agentes secretos e da polícia. Depois destas declarações, os agentes secretos submeteram os dois detidos a torturas ainda piores. Tal como disse no início, a tortura com choques eléctricos foi praticada durante um longo período.



As minhas explicações tendem a ser relativamente prolongadas. Talvez seja melhor recordar-me as suas outras perguntas.

4-057

**Giovanni Claudio Fava (PSE).** – Quero saber apenas se ele pode regressar à Suécia, uma vez que já se encontra em liberdade no Egipto.

4-058

**Kjell Jönsson, advogado de Mohammad Al-Zeri (cidadão egípcio).** – O Governo sueco tomou a decisão de proibir o Sr. Al-Zeri de regressar à Suécia durante dez anos. É claro que isto implica também a proibição de regressar à Europa, uma vez que a decisão sueca tem como resultado ver-se impedido de voltar à Europa.

4-059

**Inger Segelström (PSE).**– Obrigada, Senhor Presidente. Sr. Kjell Jönsson, agradeço-lhe vivamente a sua presença. Penso que aquilo que tem para nos contar e os factos que presenciou se revelarão uma parte importante do puzzle nas nossas deliberações sobre o papel da CIA neste processo.

Gostaria de saber se partilha da opinião e das informações recolhidas no âmbito das cinco investigações da ONU, que mencionou, do Provedor de Justiça do Parlamento sueco e dos dois processos apreciados pela Comissão dos Assuntos Constitucionais do Parlamento sueco. Estas investigações dizem respeito à execução prática das ordens de expulsão emitidas pelo Governo e à decisão da ONU de que a Suécia não devia ter confiado nas garantias egípcias sobre o tratamento a dispensar aos dois homens. Sabemos hoje que Ahmed Agiza, o segundo cidadão egípcio, fora condenado à revelia a 25 anos de prisão por um tribunal militar egípcio. Gostaria de saber se isto aconteceu durante o período em que o Sr. Agiza vivia na Suécia e se, nesse caso, o Governo sueco tinha conhecimento da referida sentença.

A minha segunda pergunta é sobre as razões por que o Provedor de Justiça decidiu não iniciar procedimentos contra qualquer dos implicados nestes processos, apesar de ter competência para tal.

A terceira pergunta é: sabe se foram aplicadas sanções aos agentes da polícia sueca envolvidos na deportação? A deportação, isto é, a sua execução prática, é, obviamente, da nossa responsabilidade.

Posteriormente a esta deportação, a Suécia alterou os procedimentos de deportação e introduziu um novo sistema de processo judicial e recurso. É importante que a comissão esteja ciente deste facto, uma vez que esta foi uma das questões abordadas pela *Human Rights Watch* quando aqui estiveram. Pergunto-lhe se pensa que estas medidas serão suficientes no futuro, tendo em conta que a ONU recusou o pedido do Governo sueco para que este processo fosse analisado com imparcialidade por uma comissão internacional de inquérito. Obrigada pela vossa atenção.

4-060

DV\649549PT.doc

**Kjell Jönsson, advogado de Mohammad Al-Zeri (cidadão egípcio).** – O Governo sueco tinha conhecimento da sentença respeitante ao Sr. Agiza. É verdade que o Provedor de Justiça do Parlamento não deduziu quaisquer acusações contra os agentes policiais. Isso aconteceu, no meu entender, porque o Provedor de Justiça teve de optar entre informar os agentes policiais de que eram suspeitos de terem cometido um crime, o que obrigava a determinadas salvaguardas legais – por exemplo, não eram obrigados a dizer a verdade –, ou ouvi-los, para obter o maior número possível de informações. O Provedor de Justiça escolheu esta última opção porque, se não fossem oficialmente considerados suspeitos, teriam a obrigação de dizer a verdade ao Provedor.

Não foram aplicadas sanções aos agentes da polícia sueca que participaram na acção no aeroporto de Estocolmo. O caso foi analisado pelo Ministério Público sueco e devo ainda acrescentar que não houve qualquer inquérito relativo aos agentes americanos presentes no aeroporto de Bromma. O Provedor de Justiça não tem competência para intentar acções contra cidadãos estrangeiros.

No que se refere à nova Lei dos Estrangeiros que irá brevemente entrar em vigor na Suécia, perguntou se ela iria introduzir mudanças. De certo modo, sim. A lei contém algumas melhorias. Uma melhoria importante é que o Tribunal Central Administrativo terá a possibilidade de emitir pareceres destinados ao Governo. Se o tribunal considerar que uma ordem de expulsão não é admissível em virtude de existir risco de tortura ou perseguição, o Governo é obrigado a respeitar este parecer.

No entanto, isto ainda não é satisfatório, porque existe um problema importante: as informações transmitidas por serviços secretos estrangeiros constituem uma parte muito significativa do parecer dos serviços secretos suecos nas questões desta natureza. Numa audição realizada no Parlamento sueco em Junho do ano passado, foram claras as afirmações do Presidente do Supremo Tribunal de que seria ingenuidade pensar que os serviços secretos estrangeiros forneceriam informações a quaisquer entidades que não o Governo sueco. Ou seja, quaisquer instâncias mais baixas – o serviço de estrangeiros e o Tribunal da Relação – não terão acesso à totalidade da informação, o que é, evidentemente, muito importante para determinar se existe o risco de tortura.

É por isso que, mesmo no futuro, o verdadeiro teste será feito no seio do Governo. Temos aqui, portanto, uma deficiência, mesmo em termos futuros.

Referiu-se a um inquérito imparcial e independente que tinha sido solicitado pelo Governo sueco. Permita-me que lhe recorde que a ideia de um inquérito independente foi lançada em 2004. Fiquei um pouco surpreendido por não ter sido informado deste facto pelo Governo sueco, uma vez que era o representante do Sr. Al-Zeri. Contactei o Ministério e falei com o

PE 384.301v01-00

Embaixador Carl-Henrik Ehrenkrona. Manifestei-lhe a minha surpresa pelo facto de o Governo sueco não considerar que o Sr. Al-Zeri devia fazer parte desse inquérito, até porque o inquérito poderia envolver peritagens físicas ou outros exames. Informou-me então de que esse inquérito imparcial iria consistir numa investigação das alegações feitas contra os agentes do serviço secreto egípcio realizada pela polícia egípcia, na presença de um funcionário superior sueco.

Mais tarde, e após algumas críticas, o Governo sueco consultou a Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos do Homem, Louise Arbour. A Sr<sup>a</sup>. Arbour disse que não havia necessidade de proceder a essa investigação, uma vez que a Comissão das Nações Unidas contra a Tortura já havia declarado que a Suécia violara o artigo 3º da Convenção.

4-061

**Inger Segelström (PSE).** – A minha breve pergunta complementar diz respeito precisamente ao facto de o Governo sueco ter solicitado uma investigação internacional. Pode ser importante para o futuro trabalho da comissão saber se o senhor entende ser ainda necessário proceder a essa investigação internacional, pública e imparcial, que a ONU disse não pretender efectuar.

4-062

**Kjell Jönsson, advogado de Mohammad Al-Zeri (cidadão egípcio).** – A questão que se coloca é a de saber como é que uma investigação deste género poderia ser efectuada, e onde. Se existe um desejo de avançar com a investigação, apesar da decisão da Comissão das Nações Unidas contra a Tortura, é essencial garantir que nenhum dos dois homens fique sujeito a represálias. Acho que uma investigação em que o Sr. Agiza e o Sr. Al-Zeri devam ser ouvidos não poderá realizar-se no Egipto.

4-063

**Cecilia Malmström (ALDE).** – Senhor Presidente, é claro que é possível debater exaustivamente o que o Governo sueco fez e não fez. Não tenciono fazê-lo aqui hoje, mas tenho algumas perguntas para o Sr. Kjell Jönsson sobre a ligação com a CIA.

Da leitura de todas as aturadas investigações que foram feitas, ressalta a grande pressa com que a deportação se realizou. O senhor também relatou isso. O serviço secreto afirma que a razão da pressa foram as suspeitas de que estes dois homens fossem terroristas e o receio de que pudesse ser feita uma tentativa externa para os libertar. Foi esta a razão da grande pressa em executar a ordem. Qual é a sua opinião sobre estes pontos?

Gostaria também de aprofundar a razão do envolvimento do avião da CIA. Nos relatos de todas as investigações feitas na Suécia e no estrangeiro, o Governo sueco declara, de um modo geral, que “por acaso o avião da CIA estava ali perto e era prático virem eles buscar os egípcios”. Tenho dificuldade em acreditar nisto. Dispõe de mais alguma informação sobre esta questão que nos possa facultar?

4-064

**Kjell Jönsson, advogado de Mohammad Al-Zeri (cidadão egípcio).** Em meu entender, a informação de que a pressa se ficou a dever a suspeitas de terrorismo e receio de tentativas para libertar os dois homens não merece, de modo algum, ser levada a sério. Devemos ter presente que ambos tinham vivido livremente na Suécia durante muito tempo e que estavam a ser vigiados pela SÄPO (polícia secreta) há cerca de seis meses. É óbvio que teriam sido detidos se houvesse qualquer razão para acreditar que iriam dedicar-se a alguma actividade perigosa.

A componente criminal surge numa fase muito inicial. Se se trata de uma conspiração terrorista ou, por outras palavras, de uma conspiração para cometer um crime de terrorismo, temos um delito numa fase inicial que teria, como é evidente, obrigado também a que se notificasse o arguido de que era suspeito de ter cometido um delito. Ora nenhum dos dois homens foi notificado sobre qualquer suspeita deste tipo. Isto significa que as autoridades suecas não tinham uma justificação razoável para considerarem qualquer um deles suspeito de ter cometido um crime.

Não consigo ver outra explicação para esta pressa senão, precisamente, o desejo de evitar que duas entidades, designadamente o Tribunal Europeu ou a Comissão das Nações Unidas contra a Tortura, decretassem uma providência cautelar. Eu já tinha informado o Governo de que iria recorrer a uma dessas instâncias caso o Governo tomasse uma decisão. Tal como referi anteriormente, nas investigações efectuadas foi dito que no dia 17 de Dezembro havia a preocupação de que os organismos internacionais pudessem entrar no processo. Na minha forma de ver, houve uma sonegação sistemática de informação e as deportações foram realizadas mantendo-me afastado. Aliás, já referi este facto na minha intervenção inicial.

Não creio que se tenha recorrido à CIA por esta ter, por acaso, um avião disponível precisamente naquele momento. É óbvio que houve um estreito contacto entre a CIA e as autoridades suecas. Por seu lado, a SÄPO declarou que tinha informado o Ministério dos Negócios Estrangeiros, mas é sabido que o próprio chefe da SÄPO na altura, Sr. Danielsson, disse que tinham informado o Ministério da Justiça. O Ministério da Justiça nega.

Desconheço se havia ou não agentes da CIA na aeronave. Talvez saibam que o repórter americano Seymour Hersh afirmou, num livro intitulado “Chain of Command” (“Cadeia de Comando”), que estes agentes pertenciam a algo chamado *um programa de acesso especial*. O autor descreve estes agentes como *uma unidade de elite com agentes seleccionados individualmente*.

4-065

**Jean Lambert (Verts/ALE).** – Gostaria de retomar o que acabou de dizer sobre a oferta de transporte por parte dos Estados Unidos – penso que foi assim que se referiu inicialmente a esta questão – e me explicasse como isso aconteceu exactamente. Por aquilo que

acabou de dizer, é evidente que não tem uma ideia clara a esse respeito. Teremos de encontrar outra pessoa a quem possamos perguntar como é que funcionou esta telepatia que permitiu que houvesse um transporte disponível naquele preciso momento.

Um dos pontos referidos no relatório do Conselho da Europa sobre a questão das entregas foi o facto de os Governos europeus não parecerem dispor de meios para enfrentar os serviços de segurança de outros países quando se vêem envolvidos em entregas e deportações. Pergunto-lhe se acha, pelo que viu na Suécia, que existem as disposições necessárias para garantir que se podem tomar medidas no caso de envolvimento em situações de repatriamento, em que as pessoas são levadas para um país, ao que parece, para serem torturadas. Há alguma coisa que possa ou deva ser feita para controlar as actividades de serviços secretos estrangeiros no território do seu país?

4-066

**Kjell Jönsson**, *advogado de Mohammad Al-Zeri (cidadão egípcio)*. – É evidente que o que aconteceu no aeroporto de Bromma foi um acto ilegal à luz da legislação sueca. No entanto, surgem problemas quando diferentes serviços secretos cooperam de uma forma não controlada. O Governo sueco declarou que confia plenamente nas informações fornecidas pela SÄPO. A SÄPO afirmou que não tem qualquer razão para duvidar das informações que recebeu dos seus amigos noutros serviços secretos, incluindo a CIA e não só. Não sei quais são os serviços amigos da SÄPO.

Não existe qualquer mecanismo na Suécia para detectar se as informações fornecidas à polícia secreta sueca e depois transmitidas ao Governo sueco foram obtidas de pessoas que tenham sido torturadas. Na Suécia nem sequer é proibido usar informação obtida através de tortura. Se tal informação fosse avaliada num tribunal sueco, é evidente que o tribunal não lhe atribuiria muita importância. Contudo, a avaliação final na Suécia, inclusivamente no futuro, cabe ao Governo, que não é uma entidade imparcial em questões desta natureza. No futuro também não haverá a possibilidade de o estrangeiro ou o seu defensor serem ouvidos pelo Governo, nem teremos maior acesso a informações classificadas. Por conseguinte, o problema irá subsistir.

4-067

**Ana Maria Gomes (PSE)**. – Gostava de perguntar se nos pode esclarecer se o aeroporto de Bromma é civil ou militar e se houve, de alguma maneira, algum envolvimento de identidades militares?

Pelo que percebo, a referência que faz à polícia é, efectivamente, de que se trata de agentes do serviço secreto sueco. Ou houve também envolvimento de polícias na base de informações do serviço secreto sueco? Eu penso que isto é importante para se concluir sob que autoridade (entenda-se, autoridade política) é que elas agiam? Eu notei que disse que o Ministério dos Negócios Estrangeiros afirmava não ter conhecimento e o polícia, ou alguém ligado ao processo, informava ter informado o Ministério da Justiça, mas também aí era

negado o conhecimento. A polícia ou o serviço secreto na Suécia, respondem perante que ministro?

Outra questão que lhe queria perguntar: referiu-se às promessas que teriam sido recebidas pelo Governo sueco de que não haveria nenhum tratamento ilegal dos dois indivíduos, nessa sua transferência para o exterior e isso foi, num primeiro momento, negado pelas autoridades suecas, mas depois revelado pelo programa televisivo *Kalla Fakta*. Essas promessas teriam sido feitas por quem, e a quem? Por quem, do exterior, e a quem, do lado do Governo sueco?

Finalmente, disse que esse avião foi usado, em todo o mundo, noutras extradições. Tem notícia de mais actividades desse avião ou de outros, na Suécia?

4-068

**Kjell Jönsson**, *advogado de Mohammad Al-Zeri (cidadão egípcio)*. – Bromma era e é um aeroporto civil. Não havia qualquer presença militar no aeroporto. Estavam lá os agentes da SÄPO, e a SÄPO foi responsável pela execução da decisão tomada pelo Governo sueco. Era uma autoridade executiva. Estava também presente no aeroporto uma unidade especialmente treinada da polícia sueca, bem como um funcionário do serviço de fronteiras. Havia muitas polícias suecos presentes quando esta acção teve lugar. Contudo, foi o Governo sueco que tomou as decisões e é a ele que cabe a responsabilidade.

Mas, tal como eu disse, o Governo sueco confiou inteiramente nas informações prestadas pela polícia secreta sueca e na decisão desta. Isso ficou claro. Como disse, a polícia secreta sueca utiliza informações obtidas de serviços que classifica como “amigos”. Podemos entender isto como uma auto-estrada que liga directa e ocultamente os serviços secretos de outros países ao Governo sueco. É caso para perguntar quem toma efectivamente as decisões.

Quanto às garantias diplomáticas, foram dadas por um representante do Governo egípcio. As garantias foram pedidas por um representante do Governo sueco. Encontram-se documentadas num memorando, redigido de forma muito vaga, onde se afirma ter ficado assente que os dois homens não seriam expostos a tratamentos desumanos ou degradantes, teriam um julgamento justo e não seriam executados. Esta documentação é do domínio público, e a comissão pode, portanto, examinar todas estas promessas.

No que se refere à questão da aeronave, e como não dispomos de muito tempo, limitar-me-ei a dizer que as informações sobre essa questão foram também transmitidas ao secretariado. O canal de televisão nacional divulgou dados sobre 70 voos efectuados por aquele avião. Na comunicação social internacional, saíram também notícias sobre outros voos cujos destinos formam um padrão muito claro de locais onde sabemos terem ocorrido entregas extraordinárias.

4-069

**Jonas Sjöstedt (GUE/NGL).** Senhor Presidente, agradeço ao Sr. Kjell Jönsson por ter vindo aqui e pelas suas informações. Tenho algumas perguntas complementares a fazer-lhe.

Logo no momento da deportação, no aeroporto de Bromma, com o tratamento extremamente desumano e degradante dispensado ao Sr. Agiza e ao Sr. Al-Zeri, era evidente que as promessas que o Governo sueco recebera dificilmente iriam ser cumpridas. Quando é que o Governo sueco se apercebeu disto? Em que momento recebeu um relatório da polícia descrevendo a forma como aquelas pessoas tinham sido tratadas pela tripulação da aeronave?

Outra pergunta que lhe faço é se o Governo sueco em algum momento apresentou oficialmente queixa às autoridades americanas ou egípcias sobre o tratamento claramente degradante a que foram sujeitos o Sr. Agiza e o Sr. Al-Zeri.

Tornou-se claro também, numa fase muito precoce, que existia um risco óbvio de tortura. Isto deveria ter suscitado uma resposta muito vigorosa das autoridades suecas através da embaixada da Suécia no Cairo. Como descreveria a actuação da embaixada e das autoridades suecas para garantir a segurança do Sr. Agiza e do Sr. Al-Zeri? Em última análise, está aqui em causa o cumprimento de compromissos no âmbito de convenções internacionais.

4-070

**Kjell Jönsson, advogado de Mohammad Al-Zeri (cidadão egípcio).** – Não sei em que data a polícia secreta comunicou os factos ao Governo, mas sei que foi criada uma comissão de inquérito em Fevereiro de 2002. A polícia secreta elaborou pelo menos um relatório escrito. Posso estar enganado quanto à data exacta, mas tenho a certeza de que consta da minha documentação. Penso que a questão essencial aqui é que dois conselheiros jurídicos do Governo efectuaram uma investigação para analisar esse tratamento. Ambos concluíram que não havia razão para tomar quaisquer medidas. Um dos conselheiros viria a ser Procurador-Geral.

Havia, obviamente, razões de sobra para o Governo sueco tomar medidas vigorosas quando foi informado. Parte das informações, proveniente da própria polícia sueca, descrevia o início daquele tratamento, em Bromma. Subsequentemente, em 23 de Janeiro, surgiu o relatório da embaixada que já mencionei. Não foi tomada qualquer medida firme, e a resposta foi manter a confidencialidade da informação. As informações foram-me sonegadas, sendo eu o defensor oficioso, assim como o foram à Comissão dos Assuntos Constitucionais na Primavera de 2002, à Comissão dos Direitos Humanos da ONU e à Comissão da ONU contra a Tortura. Foram atacadas organizações como a Amnistia Internacional quando declararam que encaravam as informações sobre tortura de forma muito séria. Quem foi criticado nessa altura foram as organizações de defesa dos direitos humanos. Não, não

foi apresentado qualquer protesto oficial aos Estados Unidos pelo tratamento desumano, ou pelo menos não tenho conhecimento disso. Apesar de o Provedor de Justiça do Parlamento ter declarado, na sua decisão, que se tratava de tratamento degradante, em violação do artigo 3º da Convenção Europeia, o Governo sueco não protestou. Também não houve protestos junto das autoridades egípcias. Respondi a todas as vossas perguntas?

4-071

**Inger Segelström (PSE)** – Tenho só uma pergunta complementar, relacionada com a última resposta. As pessoas em questão eram dois egípcios, dos quais um tinha sido condenado a 25 anos de prisão, se as minhas informações estão correctas. Essa pena foi comutada para 15 anos e está a ser cumprida. Quantas visitas efectuou já a embaixada sueca a estas pessoas? Quando ouvimos as suas explicações a esta comissão, ficamos com a ideia de que a embaixada quase não os visitou. Quantas visitas efectuou, ao todo, a embaixada sueca?

4-072

**Kjell Jönsson, advogado de Mohammad Al-Zeri (cidadão egípcio).** – Se dei à comissão a impressão de que quase não havia visitas, devo ter-me expressado de forma pouco clara. Não foi o que se passou. Houve visitas regulares. Não vos possa dizer é o número exacto. Existe documentação sobre este assunto, mas podemos dizer que, em média, ocorria uma visita de seis em seis semanas. Depois da decisão da CAT, foi dito que as visitas se tinham tornado menos frequentes.

No que se refere à situação do Sr. Agiza, é verdade que a pena foi reduzida para 15 anos. Não foi, porém, julgado por um tribunal civil. Não tem o direito de comunicar com a mulher e os filhos, a quem foi reconhecido o estatuto de refugiados na Suécia. Nunca o Sr. Agiza ou o Sr. Al-Zeri se reuniram com funcionários diplomáticos suecos sem a presença de membros das forças de segurança.

4-073

**Giovanni Claudio Fava (PSE), relator** – Senhor Presidente, Senhores Deputados, não quero abusar da paciência dos advogados e dos membros, mas tenho três breves perguntas para fazer.

Senhor Kjell Jönsson, o senhor explicou que o Governo sueco decidiu expulsar o Sr. Al-Zeri muito rapidamente, com base em informações recebidas dos serviços secretos suecos, que as tinha recebido de serviços secretos aliados. É evidente que podemos presumir que a informação estava incorrecta, uma vez que o Sr. Al-Zeri foi libertado e está inocente, encontrando-se no Egipto. Num artigo do Sr. Steven Grey, que o Sr. Jönsson mencionou, é referido que o activista islâmico Yassir Al-Siri e Al-Zeri se conheciam. O Sr. Yassir Al-Siri foi detido na Grã-Bretanha, acusado de ser responsável pelo assassinato de um líder africano, e depois declarado inocente e libertado. O senhor disse ao jornalista que a informação transmitida pelos serviços secretos britânicos à CIA e, subsequentemente, aos serviços secretos suecos, sobre esta amizade foi o único facto que serviu

de base à decisão de expulsar imediatamente o Sr. Al-Zeri. Pode confirmar este trecho da sua entrevista, dado que nos deparamos aqui com uma sequência de erros transmitidos de um serviço para outro e que levaram a uma expulsão, uma detenção e um julgamento, com as consequências que todos conhecemos?

Duas outras breves perguntas: foram deduzidas acusações contra cidadãos suecos em qualquer investigação criminal actualmente em curso? Tal como o senhor confirmou, foram certamente cometidos crimes e não apenas abusos. Cortar as roupas de um detido em pedaços, pô-lo nu e fotografá-lo, já para não falar do que aconteceu depois, são actos que indubitavelmente, nos termos da legislação sueca e das legislações de muitos outros países, são considerados abusos e constituem delito. Foi desencadeada uma investigação com base em acusações deduzidas contra alguém?

A minha terceira e última pergunta diz respeito à sua afirmação de que o Governo sueco decidiu proibir a entrada do Sr. Al-Zeri por mais dez anos. Pode explicar-me porquê? Não lhe pergunto se o Governo sueco pediu desculpa ao Sr. Al-Zeri. Mas parece-nos algo bizarro que tenha proibido a entrada de um cidadão que foi expulso com uma justificação aparentemente muito precária. O Sr. Al-Zeri foi proclamado inocente até pelos egípcios e vive agora no Egipto em condições que, forçoso é presumir, não podem ser descritas como de total liberdade ou total tranquilidade de espírito. Imagino que ele gostaria de regressar à Europa. Porque é que o Governo sueco insiste então em o manter afastado da Europa por mais dez anos?

4-074

**Kjell Jönsson**, *advogado de Mohammad Al-Zeri (cidadão egípcio)*. – O Senhor Deputado refere-se certamente a uma entrevista surgida na comunicação social britânica sobre o assassinato do Sr. Massoud no Afeganistão. Tratou-se de uma questão isolada. Não foi isso que eu disse. A citação feita nesse relatório não está correcta. Recordo-lhe que o Sr. Al-Zeri já era suspeito num caso ocorrido em 1993. Portanto, tanto ele como o Sr. Agiza eram procurados por terem sido condenados à revelia a uma pena de prisão.

O grande problema reside no facto de eu não saber o teor dos documentos secretos sucessivamente trocados entre o Egipto e a CIA. Não sei nada sobre a questão. Tentei repetidamente – mas em vão – obter pelo menos algumas informações sobre o risco que o Sr. Al-Zeri poderia constituir para a segurança da Suécia.

A Suécia não realizou qualquer investigação criminal sobre a actuação de agentes suecos ou estrangeiros. Tal como disse, e no que se refere aos agentes suecos, o Provedor de Justiça decidiu não abrir um processo. O Procurador-Geral também decidiu não abrir um processo. Não houve qualquer inquérito relativo aos cidadãos estrangeiros. Tanto quanto sei, a Suécia nem sequer solicitou informações sobre a identidade dos homens que entraram na Suécia encapuçados e cometeram aqueles crimes em solo sueco. É notório que

não há qualquer interesse do Governo sueco em apurar seja o que for sobre a ocorrência.

No que se refere à justificação para a proibição de entrada durante dez anos, a própria decisão não a refere, mas é uma decisão comum em casos como este.

Agora, quanto ao futuro. Sabemos hoje que o Sr. Al-Zeri está inocente, que foi tudo um erro e que ele não teve direito a um julgamento justo, como tinha sido prometido. Foi agredido e torturado. O que deve fazer o Governo sueco? Uma resposta evidente, em meu entender, é a reparação: deve ser reposta a situação em que o Sr. Al-Zeri se encontrava antes de a decisão ser tomada. O Governo sueco deve pagar uma indemnização – embora não seja esta a questão principal – e afigura-se-me de crucial importância proporcionar ao Sr. Al-Zeri uma reabilitação para recuperar das torturas a que foi sujeito. Estou também muito preocupado com a atitude do Governo sueco. A antiga ministra dos Negócios Estrangeiros, Laila Freivalds, afirmou que a decisão da CAT relativa ao Sr. Agiza não tem implicações legais – e o mesmo se passa, evidentemente, no caso do Sr. Al-Zeri. Numa entrevista radiofónica, em 9 de Março de 2006 – ou melhor, numa referência, nessa ocasião, a uma entrevista anterior – a Sr<sup>a</sup>. Laila Freivalds declarou que a Suécia não tinha qualquer responsabilidade legal; aquele cidadão tinha sido extraditado da Suécia, e a Suécia não era responsável por ele. Isto equivale a dizer que o Sr. Al-Zeri não tem o direito de exigir uma indemnização e a Suécia não é culpada por ele ter sido torturado. É ao Egipto que essa responsabilidade cabe inteiramente. É esta a posição do Governo sueco.

O Relator Especial da ONU sobre a Tortura, Manfred Novak, visitou a Suécia no início do corrente mês e declarou: “Exorto veementemente o Governo da Suécia a respeitar a decisão da Comissão contra a Tortura em vez de a criticar como agora faz”. Estou plenamente de acordo com ele. O Sr. Novak afirma que é evidente que a Suécia tem essa obrigação e essa responsabilidade. A Suécia ratificou a Convenção da ONU contra a Tortura e, por conseguinte, tem deveres que são vinculativos. Cabe-lhe agora a responsabilidade de corrigir, tanto quanto possível, os prejuízos que causou a ambos os requerentes. O Relator Especial entende que ambos devem ser autorizados a regressar à Suécia e que deve ser reposta a situação em que se encontravam antes de a Suécia ter cometido uma violação dos direitos humanos.

**Presidente.** – Obrigado, Sr. Jönsson, por ter aceitado o nosso convite para estar aqui hoje e responder às nossas perguntas.

4-075

(A reunião é suspensa às 18h00)